

CORRUPÇÃO E AMEAÇA DE GOLPE IMPÕE O PRESIDENCIALISMO



Muito dinheiro. Muita promessa. Muita pressão. Muitas ameaças. Os ministros civis caíram em campo, os ministros militares entraram em ação e a grande burguesia se mobilizou para garantir a aprovação do presidencialismo e do mandato de 5 anos para presidente da República na Constituinte. Além do aliciamento de parlamentares, o governo Sarney contou ainda com a preciosa colaboração do PT e do PDT para conseguir essa vitória. Mesmo sem sustentação política, Sarney foi bem sucedido ao barrar a principal mudança institucional em votação na Constituinte — o parlamentarismo. Ao entusiasmo da direita em plenário contrapôs-se a frustração do povo, que corre o risco de ver Sarney 5 anos no poder. Página 3.

EDITORIAL

Natimorta

As bolsas de valores subiram, no Rio e em São Paulo, expressando o alívio dos magnatas das finanças pela manutenção do presidencialismo. Como contraponto, o preço do pãozinho também subiu, sinalizando o que o povo pode esperar deste fortalecimento de Sarney.

Mas foi uma solução frontalmente oposta às exigências da nação e do povo. Imposta pela truculência e pelo fisiologismo, artificialmente, em sustentação política. Os empresários resolveram “dar para receber” — e o presidente da Fiesp já está cobrando. O imperialismo empenhou-se a fundo, temendo perder o controle do governo e que o exemplo frutificasse no que ele considera como seu “quintal” na América Latina. De quebra, para dar um colorido progressista, o PT e o PDT emprestaram seus melhores esforços para assegurar uma sobrevida ao sistema ditatorial presidencialista.

Resta saber se o Brasil suportará a conservação dos velhos esquemas de pressão das oligarquias. E se os brasileiros respeitarão uma Carta escrita com a ponta das baionetas. Se hoje os generais decidem que não pode haver eleição e não pode aprovar o parlamentarismo, fica evidente que amanhã eles pretendem continuar dizendo o que presidente deve fazer.

Resta saber também se o país pode continuar submetido ao capital estrangeiro e com a peia do latifúndio. Se os brasileiros tolerarão um imperador acertando com o Clube de Paris e com o FMI a entrega de bilhões e bilhões de dólares como pagamento da dívida externa.

Tudo indica que a crise crônica que atormenta os trabalhadores, vai continuar sendo tratada pelos governos incompetentes, corruptos e arbitrários, de acordo com os interesses dos poderosos, sem que o povo tenha como se manifestar. Apenas de tanto em tanto tempo, “democraticamente”, as classes dominantes continuarão

oferecendo ao povo a oportunidade de escolher entre os vários pretendentes burgueses, qual o que vai ocupar o trono por mais um mandato.

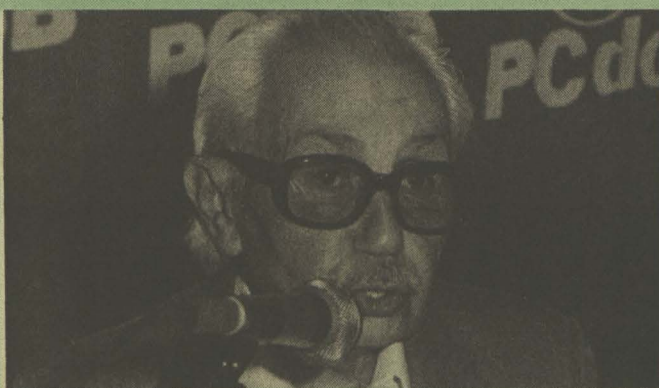
Ao vedar o canal da Constituinte como estuário das mudanças, os donos do poder empurram o país para confrontos de grande envergadura. Terão que arcar com as consequências da aventureira tentativa de represar a maré de descontentamento popular. Se tivessem um mínimo de condições de aprender com a história, saberiam que os brasileiro jamais se curvaram aos tiranos. Bastaria recordar os 21 anos de ditadura militar para ver que quando as instituições se tornam impermeáveis às aspirações populares, o povo é obrigado a procurar outros caminhos para não se deixar massacrar passivamente.

Os grandiosos comícios iniciados em 1984, com as diretas-já, resultaram na derrota da ditadura. Mas este processo não vai se deter no pouco que foi conquistado. E não pode ser contido por ameaças militares e suborno de constituintes de pouca fibra.

O governo Sarney, utilizando-se da legislação herdada da ditadura, governa com base nos decretos-leis. Revelou de forma categórica o caráter arbitrário do sistema presidencialista. E a votação que manteve esta forma de governo, mostrou mais uma vez como o Executivo se transformou num superpoder, que sobrepuja até a Constituinte, que deveria ser soberana.

Foi uma derrota de significado histórico. Perdeu a democracia e perdeu o povo brasileiro. Não que o parlamentarismo fosse funcionar como varinha mágica. Mas seria um progresso considerável. A Constituição, ao negar uma necessidade objetiva de modernizar as instituições, já nasce superada pela vida. A frustração do povo não tardará a se manifestar de punhos erguidos em todo o país.

Amazonas fala sobre conjuntura



Ainda sob impacto da aprovação do presidencialismo e do mandato de 5 anos, o presidente nacional do PCdoB falou à Tribuna Operária. Avaliou as causas da derrota progressista na “superterça” da Constituinte. Tratou da atuação da bancada comunista durante a disputa. Comentou a atitude do PT e do PDT. E fez prognósticos, afirmando que a vitória de Sarney levará a uma radicalização ainda maior do quadro político, e ao aparecimento de grandes crises, e de poderosas mobilizações populares. Página 3.

Ação militar contra Armênia

O governo de Gorbachev mobilizou mais de 100 aviões para levar soldados para reprimir os protestos nacionais na Armênia. O Soviet Supremo rejeitou a reivindicação dos armênios de incorporar à sua república o território de Karabash.

Soldados armados patrulham as ruas de Yerevan, capital da Armênia, e quando se forma qualquer aglomeração de pessoas o local é sobrevoado por helicópteros. Uma cena típica de regimes fascistas.

O Soviet considerou “intolerável” a reivindicação dos armênios. Mas, buscando amenizar a revolta do povo contra a opressão nacional, prometeu construir mais moradias e escolas em Karabash. Depois da traição ao socialismo na URSS, nos anos 50, a opressão dos russos sobre as outras nacionalidades voltou a imperar na região.

As vitórias do socialismo na Albânia

O dirigente do PC do B, Renato Rabelo, visitou a Albânia e conta para a T.O. o que viu no único país socialista do mundo. Segundo o comunista brasileiro, o povo albanês, dirigido pelo Partido do Trabalho da Albânia e aplicando o marxismo-leninismo, enfrenta novos desafios para o avanço da construção de uma sociedade onde não existe exploração, inflação, desemprego e dívida externa. Leia na página 5.

Trabalhadores das estatais preparam greve

No Dia Nacional de Mobilização dos Funcionários das Estatais, dia 24, os trabalhadores promoveram atos públicos, vigílias, operações tartarugas e greves parciais em todo o país. As manifestações foram para protestar contra a tentativa do governo Sarney de eliminar ou congelar a URP. Serviram também para exigir a imediata reposição das perdas salariais.

Em todas elas a proposta de greve geral contra o arrocho foi aprovada com grande entusiasmo. Dirigentes da CGT e da CUT também falam na elaboração de um plano comum de lutas para barrar a ofensiva reacionária de Sarney. No próximo dia 30, na sede do Sindicato do Bancários de São Paulo, sindicalistas das duas centrais deverão discutir um calendário de mobilizações conjuntas e avaliação a propostas das convocações de uma nova greve geral. Página 8.

Progressistas da CGT preparam sua Plenária

Foi dada a largada, na última semana, para a reunião do dia 9 de abril, em que o sindicalismo classista definirá como agir diante do domínio da CGT pelo grupo de Roberto Magri e Antonio Medeiros. pág. 8

AMERICA CENTRAL

Mais intervenções americanas

Em defesa dos “contras”

Enquanto os norte-americanos enviavam para Honduras tropas de elite com a missão de socorrer os “contras” escorraçados pelo exército sandinista, em território nicaraguense se concretizava uma negociação que acabou desembocando numa trégua de 60 dias: na cidade de Sapoa, 140 km ao sul de Manágua, estiveram reunidos, pelo lado sandinista uma delegação chefiada pelo ministro da defesa, Humberto Ortega (irmão do presidente Daniel Ortega) e representando os “contras”, o ex-gerente da Coca-Cola em Manágua, Adolfo Calero, e seu estrategista militar, Aristides Sanchez.

Os sandinistas se dirigiram para o local da reunião depois de saudados por uma multidão de 100 mil pessoas na capital do país que gritavam: “Rendam-se ou serão esmagados”, referindo-se aos “contras”. Os delegados dos “contras”, por sua vez, vieram da Costa Rica, declarando-se pessimistas quanto aos resultados das negociações.

A INTERVENÇÃO DOS EUA

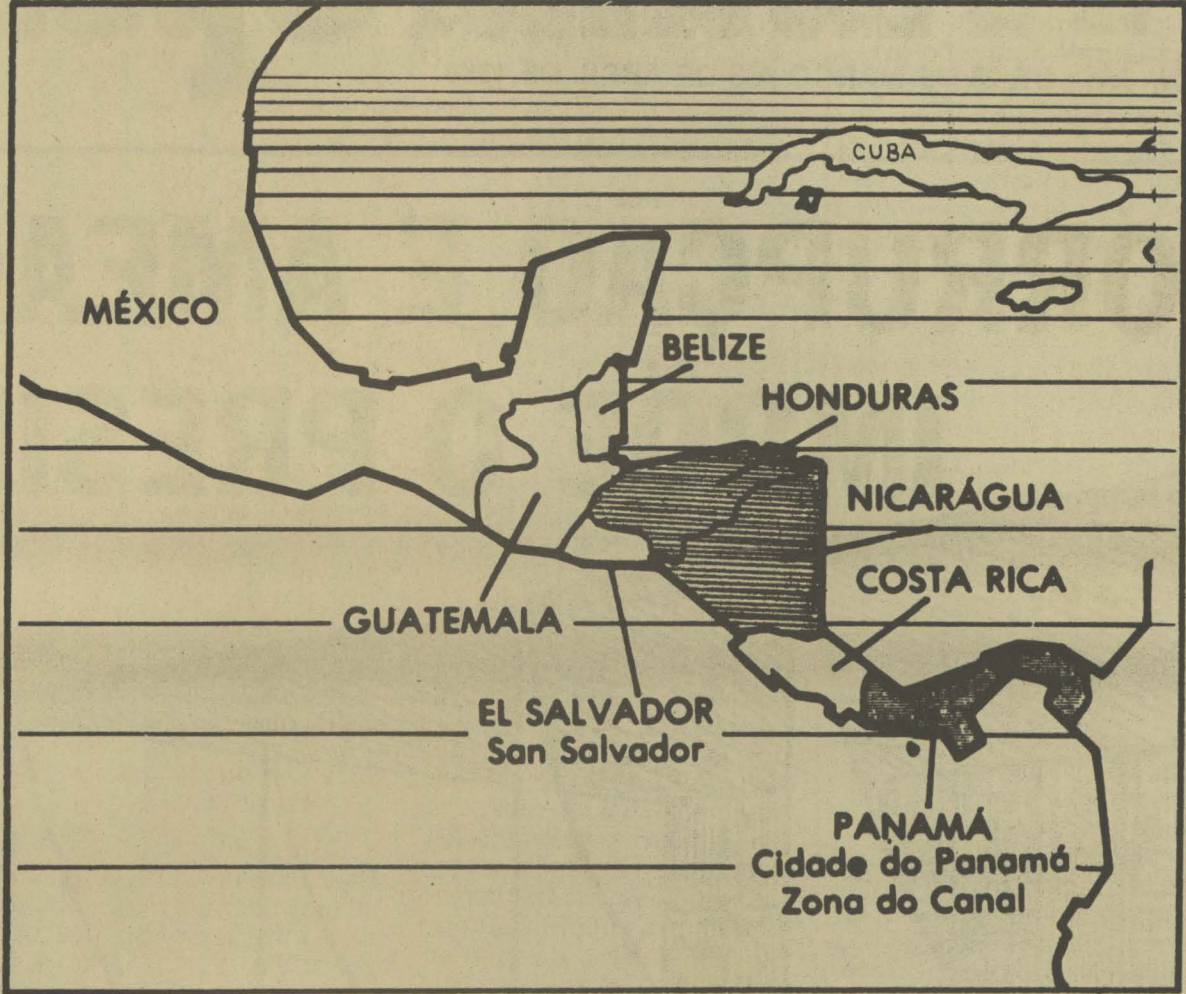
Denunciando uma suposta invasão de Honduras pelo exército sandinista, os EUA enviaram 3200 soldados que iniciaram manobras conjuntas com o Exército hondurenho a apenas 30 km da fronteira com a Nicarágua. Em comunicado divulgado no último dia 21, as Forças Armadas de Honduras explicam que quando as suas tropas chegaram à região *invasida* “as forças sandinistas já tinham se retirado”. As manobras conjuntas, entretanto, estão programadas

para durar uma semana e receberam o nome significativo de “jogos de guerra”.

Em Honduras, 650 soldados americanos foram destacados para defender a pista de pouso de Jamastran. As operações utilizam munição de verdade, o que é pouco comum em exercícios como os anunciados. Com isso o governo americano pretende reforçar a difícil situação política e militar dos “contras” que tanto no campo de batalhas da Nicarágua, quanto no sem dúvida mais importante cenário do Congresso norte-americano, vêm sofrendo seguidos revezes.

O governo de Ronald Reagan, desta forma, se esforça para fazer aprovar uma nova ajuda aos “contras”, rejeitada recentemente pelo Congresso americano. Um grupo de senadores democratas e republicanos já ofereceram um pacote de 48 milhões de dólares de ajuda imediata. Mas em várias cidades dos Estados Unidos o povo foi às ruas em manifestações contra o envio de tropas para a América Central lembrando o suicídio do Vietnã. Um dos representantes do movimento pacifista americano, Brian Wilson esteve em Manágua prestando solidariedade ao povo da Nicarágua e acompanhou a delegação sandinista durante as negociações com os “contras”.

Outras iniciativas no campo diplomático estão em andamento. Uma missão da ONU, liderada pelo brasileiro Gilberto Schlitter, está na América Central, a fim de inspecionar a fronteira entre Honduras e Nicarágua, a pedido do governo nicaraguense.



Em defesa do Canal

Qualquer atitude com algum traço de autonomia é insuportável para os dirigentes americanos quando se trata da política externa de países dependentes, como é o caso do Panamá. Não contente com seu ex-agente, general Manoel Antonio Noriega, virtual dirigente panamenho, está colocando em prática um plano cuidadosamente estudado no Departamento de Estado americano para manter a qualquer custo seu domínio completo neste país-chave para os interesses dos EUA no mundo. Na verdade, o que está por trás de toda esta preocupação norte-americana é o controle do Canal do Panamá que faz a ligação entre os oceanos Pacífico e o Atlântico. Lá estão estacionados cerca de 10 mil soldados americanos, reforçados recentemente em função do conflito.

O PLANO AMERICANO

A estratégia americana se desenvolve em várias frentes. No plano internacional, tenta caracterizar o general Noriega

como um traficante de drogas, processado por um júri de Miami, na semana passada. Internamente, dá sustentação política e econômica a uma frente de oposição liderada por empresários ligados aos interesses ianques que atualmente promove um verdadeiro *lock-out* no país inteiro. Além disso, açula setores militares descontentes com Noriega, incentivando-os a derrubar o atual homem forte do Panamá.

Mas não ficam por aí. Já pensam no futuro imediato contando com a próxima (segundo os cálculos da Casa Branca) saída de Noriega do poder. Quem coordena esta articulação é o velho colaborador de vários presidentes americanos, William Rogers, que dirigiu a famigerada “Aliança para o Progresso” durante o governo de John Kennedy e foi secretário de Estado de Geraldo Ford.

Mancomunado com Juan Sosa, o embaixador panamenho que é reconhecido pelo governo norte-americano, Ro-

gers promove o cerco econômico ao Panamá, a partir dos grandes bancos, não fazendo também o pagamento a que o Panamá faz jus pela utilização do Canal. Como diz um velho aliado dos EUA no Panamá, Gabriel Lewis Galindo, “a guerra civil está sendo vencida não pelos rifles, mas pelo talento (sic)”.

William Rogers é proprietário de uma empresa de consultoria chamada Arnold & Porter que coincidentemente é a mesma que trata dos interesses do Brasil nas renegociações da dívida externa com os banqueiros privados. Esta é a ponta de lança hoje dos empresários panamenhos envolvidos no plano norte-americano de derrubada do general Noriega. Para eles estão reservados polpudos recursos do tesouro dos EUA para a “reconstrução” da economia panamenha, liquidada pelo bloqueio norte-americano. O Panamá, atualmente não tem nem moeda nacional, utilizando diretamente o dólar, o que caracteriza sua profunda dependência econômica.

EUA X América Central

A história da América Central, após o domínio espanhol, confunde-se com a história das intervenções norte-americanas e a revolta contra elas: os EUA invadiram todos os países da região, sem exceção. O México foi a principal vítima, com um total de 25 invasões armadas. Depois vem Honduras, com uma lista engordada a semana passada passou para 14; a Nicarágua com 9; a República Dominicana com 7; Panamá, por enquanto, 3; Cuba, 4; Haiti e Guatemala 3 cada; e Costa Rica, El Salvador, Porto Rico e Granada com uma invasão cada. Ao todo foram 75 agressões americanas. Isso tudo sem contar as pressões econômicas, diplomáticas e políticas de que a América Central é alvo diário.

O intervencionismo norte-americano passa agora

por uma terceira fase. Na primeira, em meados do século passado tinha como base o “destino manifesto” — doutrina que afirmava ser destino americano expandir-se pela América. O segundo grande surto de invasões norte-americanas se deu no início deste século. Foi a época da política do *Big Stick*, formalizada pelo presidente Theodore Roosevelt. Segundo ela, os EUA se acharam no direito de policiar e tutelar a vida interna de todos os países americanos na base do terror dos *marines* norte-americanos. E agora, nesta terceira fase, os imperialistas ianques combinam invasões armadas, como fizeram recentemente em Granada, com o cerco econômico e político colocado em prática no caso do Panamá e da Nicarágua.

PALESTINA

Apoio brasileiro

Um ato em solidariedade ao povo palestino foi realizado, dia 21, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. A deputada Jandira Feghali, do PC do B, presidiu a sessão, que teve a participação da médica Márcia Araújo — que integrou a delegação de profissionais de saúde brasileiros que foi à Palestina em janeiro —, diretora do Sindicato dos Médicos; e membros do PSB, PT, Sociedade de Mulheres Palestinas, Comitê Brasileiro de Solidariedade aos povos da África do Sul e Namíbia, além do deputado Albano Franco, do PFL.

Com um relato que emocionou o plenário, Márcia Araújo contou a experiência vivida pelos brasileiros na Cisjordânia e Faixa de Gaza. Ela lembrou que, quando atendia às vítimas de um ataque sionista num hospital em Gaza, cerca de mil palestinos se apresentaram para doar sangue aos feridos. Era a forma da população responder à agressão israelense.

Milton Temer, do PSB, enfatizou: “Não é coincidência que o governo de Israel, que representa o que há de mais reacionário, mantenha relações intrínsecas com o governo de Pinochet e do Apartheid, na África do Sul, e que a luta do povo palestino tornou-se o símbolo da luta progressista”.

No ato foi denunciado o tratamento atroz que é perpetrado contra a brasileira de origem palestina Lâmia Maruf, condenada à prisão perpétua por um tribunal militar de Israel. Lâmia já foi vítima de três tentativas de assassinato.

Ao final do ato — que aprovou um documento exigindo o respeito aos direitos dos palestinos e a libertação de Lâmia —, uma jovem empunhou uma bandeira da Palestina e levantou o plenário com um brado em seu idioma que quer dizer “Nosso sangue, nossa vida, pela causa palestina” (Sônia Regina, Rio).

PARAGUAI

Fuga de preso político

O capitão paraguaio Napoleón Ortigoza conseguiu fugir, dia 23, de sua casa, onde estava sob prisão domiciliar desde 8 de fevereiro, em Assunção, Paraguai, e pedir asilo à Embaixada da Colômbia. Antes ele estava preso em regime de semi-incomunicabilidade, permanecendo nos cárceres do ditador geral Alfredo Stroessner por 25 anos.

A fuga de Ortigoza, de 56 anos, foi planejada por sua filha, Mirta, que também pediu asilo à Embaixada da Espanha, e pelo seu advogado Hermes Rafael Saguier. O advogado estacionou um carro diante da casa de Ortigoza, para a fuga do preso político. Os policiais que montavam guarda na calçada atiraram contra o carro, mas não conseguiram detê-lo.

Ortigoza foi condenado sob a acusação de participar de uma conspiração para derrubar Stroessner em 1962. Em dezembro deveria ter sido libertado, mas foi enviado a um presídio rural e depois colocado sob prisão domiciliar. Seu advogado também foi preso, “por tê-lo defendido”, segundo suas declarações.

O advogado Saguier considerou o processo de Ortigoza “irregular e parcial”. Inicialmente ele foi condenado à morte, porque na rebelião de 1962 um sargento do Exército, fiel ao ditador Stroessner, foi morto. Mas devido às pressões em favor do capitão a pena foi comutada. Ortigoza sempre se considerou inocente das acusações.



Ortigoza diante de sua casa, onde estava em prisão domiciliar

Tribuna Operária

Semanário Nacional
Faça já sua assinatura e ajude a Imprensa Operária que luta pela libertação e pelo Socialismo

- ☐ Anual (52 edições) Cz\$ 3.000,00
- ☐ Anual Popular (52 edições) Cz\$ 1.500,00
- ☐ Semestral (26 edições) Cz\$ 1.500,00
- ☐ Semestral popular (26 edições) Cz\$ 750,00
- ☐ Anual para o Exterior US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda. Rua Adoniran Barbosa, 33 Bela Vista SP CEP: 01318

Com os traidores

Julgado e condenado por traição e vinculação com os nazistas, em 1938, Nikolai Bukharin agora reabilitado pela *perestroika* de Gorbachev está sendo alvo de várias homenagens por parte do Cremlin: a revista soviética “Ogoniok” publicou quatro fotos de pinturas do ex-dirigente, com um apelo aos seus leitores para que “possuindo informações sobre outras obras de Bukharin, devem informar as autoridades, pois se trata de documentos artísticos da história de nossa pátria e compõem o patrimônio do povo soviético”.

Contra Stálin

Enquanto isso, na cidade de Gori, república da Georgia na mesma URSS, o museu na qual foi transformada a casa em que nasceu Josef Stálin é fechado por tempo indeterminado por ordem governamental. Segundo um despacho telegráfico da agência *Reuter*, o debate sobre a avaliação do período em que Stálin esteve à frente do governo e do partido bolchevique continua aceso. Detalhe: o correspondente que enviou a reportagem notou colada num dos vidros do táxi que utilizara nada mais nada menos que uma foto do marechal Stálin!

Corrupção na URSS

O chefe de polícia, seu vice, e um dirigente do partido revisionista soviético suicidaram-se temendo uma investigação sobre corrupção na República Soviética do Uzbequistão, segundo o jornal “Konsomol Skaya Pravda”, oficial. Os suicidas eram ligados ao grupo de Leonid Brezhnev — grupo que foi derrotado na disputa do poder pela camarilha de Gorbachev. Outros 27 dirigentes do Uzbequistão foram presos. Uma das irregularidades denunciadas foi o fictício aumento de 6 milhões de toneladas na produção de algodão, que resultou no pagamento de 4 bilhões de rublos a colhedores de algodão que nunca existiram.

Com o ditador

A missão militar brasileira é a maior que opera atualmente no Paraguai, o que significa apoio e respaldo político à ditadura do general Stroessner. Foi o que revelou o opositorista paraguaio Domingo Laino, numa palestra na Universidade de Brasília, dia 15. O apoio brasileiro à ditadura militar do país vizinho é mais uma das traições dos líderes da Nova República aos compromissos assumidos nos palanques de memorável campanha de Tancredo Neves. Segundo Tancredo, a Nova República iria prestigiar as forças democráticas na América Latina, congelando as relações diplomáticas com o Chile do general Pinochet e o Paraguai do general Stroessner. Mas com Sarney, as promessas é que foram congeladas.

Proibido debater

As discussões sobre o controle da natalidade estão proibidas para todos os cristãos. Não, não se trata de uma determinação da época da Idade Média. É coisa recente: no dia 14 o papa João Paulo II disse que é “perigosa e *disruptiva*” (“disruptiva” quer dizer desagregadora em latim) essa discussão. A proibição do papa se deu durante um congresso sobre planejamento familiar promovido por professores católicos. Antes dessa proibição, o papa já havia determinado que os católicos só praticassem sexo para ter filhos (os casados, que os solteiros não podem copular) e não utilizassem a camisinha — ao contrário do que recomenda a propaganda contra a AIDS. Em tempo: o papa se diz virgem, já que celibatário, embora verberar tantos conselhos sobre sexo. Como dizem os católicos: se você não crê nEle, não há como explicar; se você crê nEle, não é necessária nenhuma explicação...

Greve em Portugal

A Confederação Geral dos Trabalhadores de Portugal — CGTP — e a União Geral dos Trabalhadores — UGT — convocaram greve geral em protesto contra o pacote trabalhista apresentado pelo governo. A greve foi marcada para o dia 28. O pacote trabalhista facilita as demissões em massa e as “contratações a prazo”, que golpeiam a estabilidade no emprego, dentre outras medidas anti-operárias. O atual governo, social-democrata, tem se empenhado em modificar a Constituição portuguesa, elaborada durante a Revolução dos Cravos, para favorecer os setores empresariais, em especial os estrangeiros.

Mil faces

Não é mera coincidência que a Rede Globo boicote as notícias da luta na Palestina, devendo lembrar que Roberto Marinho é vice-presidente de honra do Comitê Sionista. Esta é mais uma de suas faces!

ENTREVISTA COM JOÃO AMAZONAS

"O governo semeou a revolta popular"

Menos de 24 horas após as votações danosas que mantiveram o presidencialismo e o mandato de 5 anos, o presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, concedeu entrevista à Tribuna Operária. A conversa transcorreu, como não poderia deixar de ser, num clima particular. O PCdoB foi certamente uma das forças pioneiras na defesa do parlamentarismo, e considerava sua aprovação um dos saldos políticos mais importantes que era possível tirar da Constituinte. Amazonas, porém, não mostrou qualquer sinal de desesperança. Analisou friamente as causas do resultado; comentou as pressões intensas e de múltiplas origens que a Assembléia sofreu; e por fim teceu um importante prognóstico para o desenvolvimento da conjuntura Política após a "superterça". Segundo esta avaliação, a insistência em manter um sistema de governo arcaico, e a concessão de poderes para que o governo Sarney aplique na íntegra seus planos ultra-reacionários, acabarão levando não à solução, mas ao agravamento da crise do país, e a grandes manifestações da revolta popular.

Tribuna Operária: O que representa a vitória das forças reacionárias na definição do sistema de governo?

João Amazonas: É preciso dizer que a batalha entre parlamentarismo e presidencialismo teve um significado verdadeiramente histórico. O país perdeu uma grande oportunidade de enterrar definitivamente um sistema que só trouxe prejuízos para a nação. Pesaram as pressões das classes dominantes, especialmente de seus setores mais retrógrados.



"O povo discutiu o sistema de governo"

Porém, há que reconhecer que a disputa, analisada em seu conjunto, teve também aspectos positivos. Pela primeira vez, foi possível fazer uma apreciação crítica dos últimos 100 anos de vida política nacional. Penso que esta avaliação apontou o presidencialismo como um sistema total-

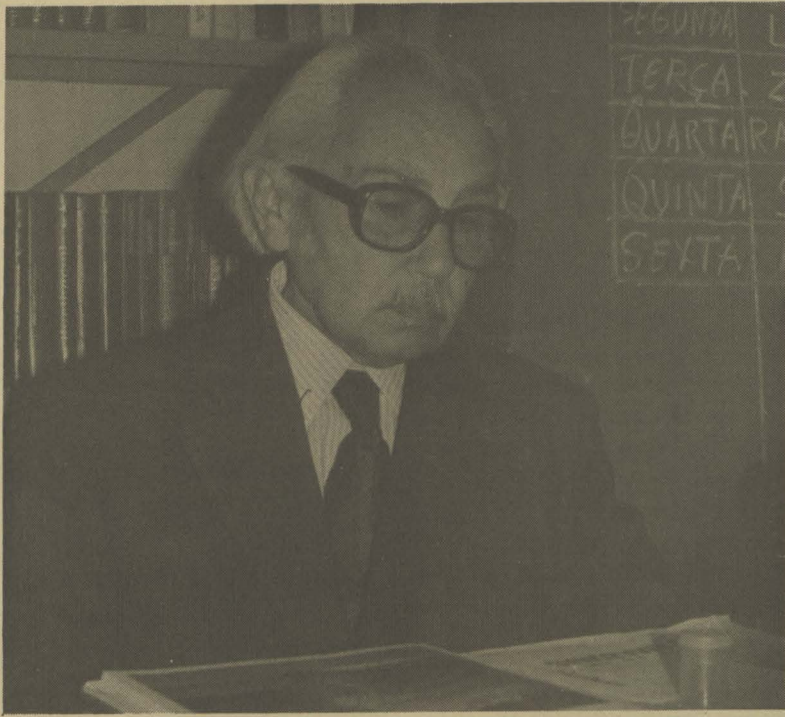
CONSTITUINTE

mente inadequado, mantido pelas oligarquias e transformado pelos militares em instrumento de repetidas intervenções golpistas. Por isso, mesmo não sendo vitoriosa a campanha pelo parlamentarismo cumpriu um importante papel na educação de parcelas expressivas do povo. Hoje, boa parte dos brasileiros já tem noção clara do que significa o presidencialismo e conhece mais profundamente a quem serve.

T.O.: De certa forma, o resultado surpreendeu. Até poucos dias antes da votação, os constituintes parlamentaristas contavam com a vitória.

J.A.: É verdade, e eles tinham boas razões para isso. Quase todos os segmentos comprometidos com a democracia e com a realização de mudanças profundas no país foram aos poucos se convencendo da necessidade de mudar o sistema de governo.

Mas se analisarmos a situação em profundidade, veremos que a votação final não foi tão surpreendente assim. Pesaram os velhos métodos das forças mais reacionárias, usados numa escala poucas vezes observada. Primeiro, um fisiologismo sem paralelo em



Amazonas: "O PT e o PDT terão de prestar contas ao povo"

toda a história do país. E não só. Os militares, o capital estrangeiro, o empresariado reacionário, os latifundiários e a patota do Palácio do Planalto somaram-se num bloco único para pressionar a Constituinte e o resultado dessa ação conjunta foi a vitória do presidencialismo. A direita, em sua totalidade temia as consequências da mudança parlamentarista.



"A mudança não servia ao capital externo"

T.O.: Fale um pouco mais sobre estas consequências.

J.A.: A vitória do parlamentarismo teria reflexos internacionais, especialmente na América Latina. Em todo o nosso continente, o presidencialismo sempre se mostrou o melhor instrumento de dominação do capital estrangeiro,

por isso a direita tanto se esforça em sustentá-lo.

Além disso, o parlamentarismo seria um forte golpe no militarismo, e quanto a isso é reveladora a pressão que os chefes das Forças Armadas exerceram. A partir do discurso do general Carlos Olavo Guimarães, do Centro de Comunicação Social do Exército, ficou claro que não se tratava de simples declarações genéricas, mas sim de uma ameaça concreta de intervenção militar na vida política brasileira, caso a Constituinte não aceitasse as imposições do Planalto.

T.O.: O resultado da votação expressou uma nítida aliança entre o planalto e os grandes empresários, duas semanas antes da decisão final, Antônio Ermírio, Mário Amato e outros passaram a dar segundas declarações pelos 5 anos e pelo presidencialismo. Qual deve ser a consequência desta aliança?

J.A.: Acho que virão medidas duras. Receosos de que o

parlamentarismo pudesse vencer, o Planalto "segurou" decisões antipopulares mas que agradam ao grande capital. Vamos ter pacotes econômicos contra os trabalhadores e o povo, mais entreguismo e mais gastos desnecessários, como o da estrada Norte-Sul. É bom notar que, com o parlamentarismo, o governo teria extrema dificuldade para adotar tais medidas.

T.O.: O PT e o PDT foram os únicos partidos de base popular que votaram contra o parlamentarismo. Como você vê este comportamento?

J.A.: Estranhamente, estes partidos marcharam de braços dados com as forças mais retrógradas. Terão de responder por isso futuramente. Ficou absolutamente claro que o voto contra o parlamentarismo era um autêntico crédito de confiança a Sarney, uma carta branca que a Constituinte lhe entregava para aplicar medidas reacionárias. Não há como negar que o PT e PDT são co-responsáveis por este crédito, votaram com a direita.



"A burguesia vai impor medidas duras"

T.O.: Como fica o Legislativo em tudo isso?

J.A.: O Congresso acabou revelando seu verdadeiro perfil. Mostrou sua composição reacionária, incapaz de defender os interesses fundamentais do povo e do país. Queria destacar, no entanto, a valentia política dos democratas que se empenharam na batalha parlamentarista, em especial a atuação da bancada comunista, a

primeira a se levantar em defesa de um novo sistema de governo. Durante todo o período de elaboração da Carta Magna, nossos deputados do PCdoB desenvolveram intenso trabalho de esclarecimento e de educação popular, e este trabalho repercutiu bastante no seio do povo e na própria Constituinte.



"Vêm aí crise e revolta popular"

T.O.: Alguns analistas políticos estão dizendo que finalmente o governo Sarney poderá governar, pois conseguiu um respaldo parlamentar importante. Como você vê esta afirmação, e que se pode esperar na conjuntura política daqui para a frente?

J.A.: As forças de direita estão cantando vitória, mas eu penso que elas não têm grandes razões para se alegrarem. A médio prazo, não vai haver qualquer folga para o governo. Ao contrário, as novas medidas que Sarney se prepara para adotar deverão fazer com que a crise assuma um caráter ainda mais agudo.

Ao povo, não restará outro caminho senão o de desenvolver ainda mais a sua luta. Vamos ter novas crises políticas, e grandes movimentos populares, possivelmente com intensidade maior que os anteriores. O povo não suporta mais este governo espúrio, condenado pela imensa maioria da nação. A pretensa vitória do governo acabará se transformando em uma grande derrota. A palavra-de-ordem "Fora, Sarney" está viva, e poderá ser reerguida mais cedo que se pensa.

De joelhos diante do Poder Executivo

Valendo-se de todos os recursos, inclusive a compra de votos, o governo Sarney obteve uma vitória política com a aprovação pela Constituinte do presidencialismo e do mandato de 5 anos para presidente da República. Para alcançar esse resultado, o governo montou uma verdadeira operação de guerra, comandada pelos ministros Antônio Carlos Magalhães e Prisco Viana, e pelo deputado Carlos Sant'Anna.

Diversos governadores foram a Brasília pressionar suas bancadas, com destaque para Newton Cardoso, de Minas; Álvaro Dias, do Paraná; Amazonino Mendes, do Amazonas; e Epitácio Cafeteira, do Maranhão. Até mesmo o vice-rei da Ilha de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita, que sequer tem bancada parlamentar, deixou as praias paradisíacas da ilha para ir à Brasília incorporar-se às brigadas governistas. Também os Ministros Borges da Silveira e Aluísio Alves transferiram-se para o Congresso, para ajudar na compra de votos para o governo.

MÉTODOS ESCUSOS

Houve de tudo. Desde sim-

ples e ridículas ameaças de golpe caso fosse aprovado o parlamentarismo e os 4 anos, até troca ostensiva de favores, como concessões de rádio e televisão, liberação de verbas federais, oferta de cargos nos escalões inferiores da administração pública e — dizem — até mesmo cancelamento de débitos nos bancos oficiais.

A ofensiva foi tão grande e inescrupulosa que o constituinte Ronaldo César Coelho, PMDB-RJ, a definiu como "obscena", e o constituinte Afif Domingos, do PL-SP, afirmou ter prevalecido o "efeito cofre". Dentro desse quadro, a aprovação do presidencialismo e dos 5 anos representou uma vitória do setor conservador, reacionário e fisiológico que sustenta o governo Sarney.

A sessão da Constituinte foi inédita. Pela primeira vez, desde a sua instalação estavam presentes em plenário todos os 559 constituintes. Abrindo um precedente no regimento interno, o tri-presidente Ulysses Guimarães permitiu que encaminhassem a votação quatro oradores de cada lado. Defenderam o presidencialismo Humberto Lucena, Vivaldo Barbosa, Maurílio Ferreira Lima e Wladimir Palmeira. Defenderam o parlamentarismo

Luiz Vianna, Nelson Carneiro, José Fogaça e Afonso Arinos.

O presidencialismo foi aprovado por 343 votos contra 213 e três abstenções. Estava aberto o caminho para o mandato permanente de 5 anos e, com isso, facilitada a aprovação dos 5 anos para Sarney — a ser votado nas Disposições Transitórias.

Com efeito, a votação do mandato do presidente, embora já com um número menor de constituintes presentes, praticamente repetiu o placar do presidencialismo: votaram pelos 5 anos 304 constituintes, contra 223 e três abstenções.

Proclamado o resultado, o plenário da Constituinte foi palco de cenas grotescas. O líder do PFL, José Lourenço, foi carregado nos ombros pelas hordas de direitistas e sorria histericamente. O constituinte Nilson Gibson, direitista histórico, como uma criança excitada, gritava: "Agora é 6 anos, agora é 6 anos". As galerias, cheias, ficaram mudas.

CRISE POLÍTICA

A Constituinte perdeu a oportunidade de promover a mais importante transformação estrutural na vida política nacional que poderia fazer com a instituição do parlamentarismo. Ao manter o presidencialismo retrógrado e caminhar para a aprovação dos 5 anos para Sarney, a Constituinte aumentará ainda mais o descrédito popular com a via parlamentar e aprofundará a crise política no país.

Os setores conservadores tiveram um papel decisivo nesse resultado. Nos dias que antecederam a votação, enquanto o tri-presidente Ulysses Guimarães insistia obcecadamente em costurar um acordo que mantivesse a unidade do

PMDB, sua única preocupação, através da fórmula parlamentarista com 5 anos, os setores conservadores partiram para a ofensiva. Os ministros militares, particularmente o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, deu diversas declarações à imprensa afirmando que as Forças Armadas não aceitavam nem o parlamentarismo, nem eleições presidenciais este ano, e recebeu mais de 80 constituintes para pressioná-los diretamente. O general teria conseguido mudar cerca de 40 votos. A Fiesp também abriu suas baterias contra o presidencialismo e os quatro anos. E o governo, através de seus ministros, abriu o cofre para "convencer" os constituintes.

A estratégia do Planalto era clara. Forçar a aprovação do presidencialismo para, em seguida, embalado nessa vitória, obter a aprovação do mandato de 5 anos para presidente, facilitando assim a aprovação dos cinco anos para o próprio Sarney. Para viabilizar essa estratégia, o governo e a direita contaram com o apoio deci-

vo do PT e do PDT. Ao votarem a favor do presidencialismo, esses partidos objetivamente ajudaram Sarney a viabilizar sua estratégia política e a obter essa expressiva vitória.

CONSEQUÊNCIAS

O resultado dessas votações já começa a trazer consequências profundas para a vida política brasileira. A primeira delas é o esfacelamento completo do PMDB. No dia seguinte à votação, o deputado Pimenta da Veiga, ex-líder desse partido na Câmara, anunciou o desligamento imediato de oito parlamentares do PMDB. O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, igualmente anunciou sua disposição de abandonar a legenda. No bojo dessas defecções cresce e se consolida a idéia da criação de um novo partido, de centro-esquerda, destinado a ocupar o espaço político democrático, progressista e renovador do antigo PMDB da resistência democrática no tempos da ditadura.

Outra consequência dessa

votação foi o enfraquecimento ainda maior do tri-presidente Ulysses Guimarães, que mais uma vez saiu derrotado do seu intuito de unificar os cacos do PMDB. Finalmente, esse resultado pavimentou o caminho que poderá levar à aprovação dos 5 anos para Sarney, com um grave aprofundamento da crise política. Sarney já pensa inclusive em adiar as eleições municipais marcadas para este ano. (Moacyr de Oliveira Filho, Brasília).



É dando que se recebe

Ainda não haviam decorrido 24 horas da aprovação do presidencialismo e do mandato de 5 anos quando o presidente da FIESP, Mário Amato, divulgou a lista de exigências que os empresários estão apresentando ao governo. A grande burguesia faz questão de deixar claro que quer — e quer "já" — um aperto nos salários do setor público; cortes nas estatais; "solução" da dívida externa que "não de-

sestimize o ingresso de novos capitais"; e iniciativas do governo para realização de um "pacto social".

As declarações de Amato tornam claro que houve não só articulações genéricas, mas um acordo explícito entre o Planalto e a direita empresarial para as votações da "superterça"; e que como resultado desse acordo Sarney terá de assumir medidas ainda mais impopulares e antinacionais.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Lula e o plenário que aprovou o presidencialismo: reflexão tardia sobre a vitória da direita?

CONVENÇÕES - PC do B

Jandira é candidata no Rio de Janeiro

Com enorme entusiasmo, foi lançada no último dia 20, no Rio de Janeiro, a candidatura da deputada estadual Jandira Feghali (a mais votada no pleito de 1986) à prefeitura municipal e de Edson Santos a vereador, pelo Partido Comunista do Brasil. O lançamento foi feito durante a convenção regional do partido. Foram realizadas neste mesmo dia convenções do PC do B no Ceará, Pará, Mato Grosso, na cidade de Santos.

A solenidade foi aberta por Maria Dolores, presidente regional do partido, conclamando a organização das camadas populares para barrar o populismo e as forças de direita no Estado. Ocupavam a mesa diretora dos trabalhos, além de Maria Dolores e a própria Jandira Feghali, o prefeito Saturnino Braga, do PSB, o vice-prefeito Jó Rezende (candidato a prefeito pelo PSB) o deputado estadual deste partido Milton Temer, o advogado Marcelo Cerqueira, um representante do Nelson Carneiro, do PMDB e o deputado federal pelo PC do B, Edmilson Valentim.

Jandira destacou que sua indicação foi feita tendo como preocupação a unidade de todas as forças progressistas e que é obrigação do PC do B oferecer uma alternativa de



Aldo Rebelo discursando na convenção em Santos. Jandira, Maria Dolores, Saturnino Braga, Elza Monerat, na convenção do Rio

avanço para as lutas populares no Rio. Citou em particular a importância da defesa dos direitos da mulher.

Edson Santos, que foi carregado nos ombros por seus companheiros, lembrou João Cândido — o “almirante negro” da revolta da Chibata — e destacou seu compromisso com a denúncia de todas as formas de discriminação dentro da sociedade, e de defesa das regiões mais carentes da cidade, como a Cidade de Deus, na baixada de Jacarepaguá, onde reside.

O prefeito Saturnino Braga assinalou que sua presença ali não era gratuita. Além de simpatia e fraternidade, represen-

tava seu apoio à conquista do registro definitivo pelo PC do B, prestes a ser alcançado. Segundo Maria Dolores, os comunistas disputarão eleições em 30 municípios do Estado do Rio.

GARRA NO PARÁ

No Pará, a convenção contou com a presença maciça dos delegados eleitos em 20 convenções municipais. Vencendo grandes distâncias, os representantes das cidades do interior mostraram que sabem transformar os golpes da reação — como o assassinato do dirigente regional Paulo Fonteles no ano passado — em no-



vas forças para enfrentar o combate.

O presidente regional do partido no Estado, Neuton Miranda, assinalou a grande unidade política, ideológica e de ação demonstrada pelo coletivo partidário. No intervalo do almoço, os convencionais puderam assistir ao filme “Outubro”, alusivo à grande revolução socialista de 1917.

8 MIL NO CEARÁ

A convenção regional do Ceará foi realizada em Fortaleza no Colégio Brasil, com representantes de todo o Estado. O PC do B está organizado em 40 municípios cearenses e tem mais de oito mil filiados.

Os comunistas aproveitaram-se do encontro, para discutir e indicar o nome do líder comunitário Inácio Arruda como possível candidato da

frente progressista que se articula em Fortaleza.

MATO GROSSO

Vencendo todo tipo de obstáculos colocados pelas forças conservadoras, dos coronéis do interior e dos juizes eleitorais, que dificultaram o quanto puderam a homologação dos diretórios municipais, o PC do B de Mato Grosso realizou a sua convenção regional, aprovando por unanimidade a chapa única para o diretório regional e o nome de Aluísio Arruda para a presidência do partido no Estado.

O balanço das atividades revelou um grande avanço dos comunistas desde a saída da clandestinidade em 1985. O partido conta com cerca de cinco mil filiados, em 21 municípios do Estado. O encontro

foi realizado na sede do partido, construída em mutirão, no centro de Cuiabá.

RETOMADA EM SANTOS

Os comunistas filiaram cerca de 1.200 pessoas, principalmente no seio da classe operária, entre as mulheres e a juventude, na combativa cidade de Santos. Num clima de festa e muita participação, reuniram-se mais de 200 delegados dos diversos bairros para a realização da convenção municipal do PC do B.

“Conseguimos realizar nossa convenção. Agora a batalha do partido é organizar seus filiados nas bases e discutir as teses distribuídas pela direção nacional, preparando vitoriosamente o 7º Congresso”, declarou entusiasmado o presidente do diretório santista, Fábio Mesquita.

VEREADORES

UVB defende Constituinte

A diretoria da União dos vereadores do Brasil reuniu-se em Brasília nos últimos dias 16 a 18 de março. Os vereadores aprovaram um manifesto, dirigindo-se à Assembléia Nacional Constituinte, condenando as pressões do governo e do poder econômico contra a soberania desta instituição.

O documento reafirma: “O compromisso na defesa da mais absoluta soberania desse poder constituinte face às pressões advindas do poder Executivo, de outras instituições governamentais, bem como dos detentores do poder econômico. A posição contrá-

ria à prorrogação dos mandatos dos vereadores e prefeitos e do mandato tampão. O posicionamento pelo mandato de quatro anos para o presidente da República e eleições em 1988.

Ao mesmo tempo salienta a importância de serem respeitados estes anseios maiores da população brasileira nas decisões dessa Assembléia Nacional Constituinte”. O manifesto é assinado pelo presidente da UVB, Paulo Silas, pela secretária-geral desta entidade, Jussara Cony, e outros membros da diretoria e presidentes de várias uniões estaduais de vereadores.



Jussara Cony, secretária da UVB

DÉFICIT PÚBLICO

Em pauta, o arrocho

No afã de receber elogios dos agiotas estrangeiros e aplausos fáceis da Fiesp (como notou o economista Dércio Garcia Munhoz), o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, não desiste do propósito de arrochar os salários do funcionalismo público federal. Momentaneamente fortalecido com a vitória sarneysta na votação sobre sistema de governo pela Constituinte, Mailson está ultimando um novo pacote econômico. Nele consta, em primeiro plano, a eliminação da URP para os trabalhadores empregados na União e nas estatais.

O pretexto, como sempre, é a badalada necessidade de combater o déficit público. Mas a razão maior da insistência do senhor Nóbrega é outra: a medida é exigida pelo FMI e o Banco Mundial. Nunca é demais lembrar que o arrocho do funcionalismo não aliviou no passado e nem vai solucionar no presente o problema do desequilíbrio das finanças públicas. Inúmeros estudos comprovam isto. O mais recente foi elaborado pelo escritório do Dieese em Brasília, com base em informações oficiais.

NÚMEROS FALSOS

De início cabe destacar a falta de honestidade e escrúpulos implícitos nos argumentos e números levantados pelo ministro da Fazenda para justificar sua ofensiva desesperada contra os trabalhadores. A programação financeira do Ministério da Fazenda, por exemplo, é repleta de absurdos: prevê reajustes nas folhas salariais de 556,5% contra

uma inflação oficial de 245,96% e uma evolução de 252% na receita em 1988.

Se essas simulações têm alguma valia é exclusivamente a de expor o alto grau de hipocrisia de que se encontram possuídos os homens de Sarney. Esses senhores já não temem sequer o ridículo. Como levar a sério previsões tão otimistas de aumentos salariais do funcionalismo, expressivamente acima das altas dos preços e da receita, quando o governo lança um ataque insano contra os trabalhadores com o objetivo de arrochar? E mais, quando a própria URP, tão estigmatizada pelas autoridades, já é um instrumento de arrocho salarial, pois é aplicada com uma defasagem de três meses e situa-se num patamar inferior à inflação?

Não obstante, com base nessas estimativas falsas o senhor ministro conclui que os gastos com pessoal irão superar a arrecadação do governo neste ano. Por outro lado, dados do Ministério do Trabalho, citados no trabalho do Dieese, mostram que os salários no setor público situam-se bem abaixo de outros ramos da economia (veja o quadro publicado abaixo). Por outro lado, informações do FMI, Banco Mundial e OIT, elaboradas pelo Dieese, evidenciam que as despesas públicas no Brasil, em relação ao PNB, estão entre as menores do mundo atualmente, na casa dos 21,4% (em 1983) contra 46,9% na Suécia, 44,8% na França, 31,2% na Alemanha, 27,4% na Venezuela, 25,9% no Uruguai e 22,3% na Argentina. Também as despesas com pessoal como percentual dos

gastos totais são relativamente baixas (em 1981 representavam 22,3% contra 30,1% no Uruguai, 25,7% nos EUA e 23,5% na Alemanha).

QUEDA NA RECEITA

O Dieese lembra que “a participação da receita líquida (receita bruta menos transferências) do governo no PIB caiu 48,9% no ano de 1985 em relação a 1970, basicamente porque aumentou a parcela das transferências orçamentárias neste mesmo período”. Os juros da dívida interna, é bom que isto fique claro, são debitados na conta das transferências e, por consequência, subtraídos da receita bruta. Por isto o ministro da Fazenda gosta de fazer de conta que eles não constituem despesa para o governo. Mais escandaloso é o que ocorre com as isenções fiscais (especialmente as exportações), que nem chegam a ser computadas (a receita bruta não inclui tais isenções e já constituem, por isto, uma espécie de receita líquida). Assim, contrapor a receita líquida (segundo os critérios usados pelo governo) ao gasto com funcionalismo só pode resultar numa idéia distorcida.

De qualquer forma, a atitude do senhor ministro não é fruto apenas de um erro de diagnóstico ou da incompetência. Neste caso fala mais alto os interesses de classe (da burguesia em seu conjunto e dos monopólios imperialistas em particular). E esses determinam que se arroche mais e mais os salários, em nome do todo poderoso lucro.

Uma vitória da direita

O governo desencadeou a maior ofensiva política da história republicana para garantir a aprovação do presidencialismo e do mandato de 5 anos para presidente da República. Nessa verdadeira operação de guerra, comandada pelo núcleo direitista do Planalto — Antônio Carlos Magalhães, Prisco Viana, Carlos Sant'Anna e general Leônidas Pires Gonçalves —, governadores e ministros do Estado foram convocados para pressionar, ameaçar, chantagear e subornar constituintes. Diante dessa ofensiva, o resultado da votação não poderia ter sido outro. Foi um reflexo direto dessa operação.

A estratégia do Planalto era clara. Forçar a aprovação do presidencialismo, garantindo a manutenção do atual esquema de sustentação política do governo, e a partir daí sedimentar o caminho que levaria à aprovação do mandato de 5 anos para Sarney e para todos os futuros presidentes. Nesse sentido, o resultado da votação da terça-feira passada representou uma vitória política do governo Sarney e do esquema de poder que o sustenta. Foi a vitória do esquema conservador, reacionário, direitista e fisiológico que dá as cartas no governo Sarney.

Ao aprovar a manutenção do retrógrado regime presidencialista, com a ajuda do PT e do PDT, a constituinte deixou de promover a mais importante transformação estrutural que poderia ser

OPINIÃO PARLAMENTAR



Haroldo Lima, líder do PC do B na Constituinte

feita na vida política do país e deu novas forças para o governo Sarney, isolado e desprestigiado pela maioria do povo brasileiro.

Essa decisão, inevitavelmente, trará profundas consequências, agravando a crise política e institucional do país, fortalecendo o setor da direita encastelado no poder e aprofundando o fosso entre o povo e a Constituinte. Ao aprovar o presidencialismo com 5 anos de mandato, e caminhar para a aprovação dos 5 anos para Sarney, a Constituinte cairá no descrédito popular. Como consequência, levará o povo a buscar outras formas de luta para defender seus interesses.

O PT e o PDT não podem fugir da responsabilidade histórica de terem partilhado, ainda que involuntariamente, dessa estratégia. Ao ajudarem a aprovar o presidencialismo, esses partidos objetivamente ajudaram a viabilizar a estratégia política de fortalecimento do governo Sarney. O PT e o PDT, com sua atitude, juntaram-se ao que há de mais conservador e reacionário no país.

O PDT agiu assim embalado pelo sonho personalista e messiânico de seu chefe Leonel Brizola ser presidente da República. O PT, sabe-se lá porque trilhou tal caminho, uma vez que a maioria da sua bancada argumentava ter, no mínimo, simpatias pelo parlamentarismo. Objetivamente, a trajetória política desses partidos ficará marcada por esse verdadeiro erro histórico.

Embora o quadro tenha se complicado consideravelmente com os resultados desta semana, fortalecendo o governo, é preciso centrar forças para a votação do mandato do presidente Sarney nas Disposições Transitorias da Constituição, que deve ocorrer dentro de um mês.

Manter um processo permanente de mobilização popular é fundamental para se tentar ganhar essa próxima batalha, aprovando os 4 anos para Sarney. Uma tarefa que será muito mais difícil depois da aprovação do presidencialismo.

Índice de remuneração média do setor formal de vários ramos de atividade econômica em 1985.	
Setores de atividade econômica	Índices
Administração direta pública e autarquia	83,2
Extrativa e trat. de minerais	131,1
Ind. de minerais não metálicos	152,6
Indústrias metalúrgicas	107,9
Indústrias químicas	202,2
Entidades financeiras	157,6
Total das atividades	149,0

Fonte: Ministério do Trabalho - RAIS, 1985

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

As derrotas também ensinam

Alguns imaginam que o processo revolucionário avança unicamente através de vitórias. É um pensamento unilateral. Em determinadas situações mesmo uma derrota pode ter como contrapartida um acúmulo de fatores que aproximam os trabalhadores dos objetivos maiores da luta de classes. De certa forma pode-se dizer que isto ocorreu com a batalha em torno do sistema de governo, em que Sarney e seus aliados foram vencedores.

Consciência maior

Não se quer com isto concluir que foi bom perder. Isto poderia até servir de consolo, mas não corresponderia à realidade. A direita venceu e a democracia saiu perdendo. Mas, no combate, o povo extraiu elementos que consolidam sua capacidade de luta.

Em primeiro lugar, pode-se dizer que nunca se fez uma discussão tão ampla sobre o sistema de poder político. Em torno da denúncia do presidencialismo as forças progressistas debateram com o povo como as classes dominantes exercem a sua opressão, e como constróem um aparato governamental para defender seus interesses. A tal ponto que os presidencialistas, para tentarem ludibriar a opinião pública, inventaram uma “valorização dos poderes do Congresso” com o intuito de mascarar o conservadorismo das suas posições.

Depois, a batalha delimitou muito bem os campos dos que lutam por mudanças daqueles que, dizendo-se de esquerda, nas horas fundamentais, aliam-se com a oligarquia. O PT comportou-se da forma mais escandalosa em todo o desenrolar do combate. E na hora da votação, quando ficou evidente a polarização Sarney contra a democracia, esforçava-se para desculpar-se com um destaque para a duração do mandato. Houve até um teatrinho no microfone de apartes, com deputados do PT “exigindo” que o PFL respeitasse o acordo firmado de votar o mandato em separado. Criado o clima de vitória para Sarney, os petistas e os pedetistas tentaram evitar que suas almas fossem para o inferno votando simbolicamente por quatro anos.

LIMITES PARLAMENTARES

O povo certamente reforçou sua compreensão de que, embora não se deva deixar de lado a luta parlamentar, não será por este caminho que passarão as grandes conquistas para transformar o país. No parlamento, embora seja possível alcançar certas vitórias, prevalecem as regras do jogo de classe dominante. O povo só pode, neste terreno, alterar o que não afeta os alicerces do sistema.

Aliás, na véspera da votação, o Exército fez saber que se fossem aprovadas eleições diretas para este ano, “não restaria às Forças Armadas senão a interferência nos assuntos nacionais não militares”. Para “restabelecer a ordem”, acrescentou o general Carlos Olavo Guimarães. Como o ministro do Exército já tinha dito também que o regime que convém ao país é o presidencialismo, os constituintes mais vacilantes entenderam que não era bom “afetar a ordem”.

Rota de colisão

Por fim, o povo deve ter percebido que não se pode ter ilusão com mudanças sem traumas como dizem alguns. A tendência no país é de agravamento de todas as contradições sociais e para confrontos de grande envergadura. Com a decisão de manter o sistema ditatorial presidencialista, as classes dominantes marcham para uma radicalização ainda mais acentuada. Se a Constituinte não teve condições para enfrentar Sarney e os poderosos, não pode evitar que o povo procure outros caminhos para defender suas reivindicações e direitos. (Rogério Lustosa).

ALBÂNIA

Socialismo com criatividade

O dirigente do PC do B, José Renato Rabelo, retornou à Albânia, após sete anos, no final de fevereiro. Visitou Tirana, Skodra, Berat, Vlora, Lushujne e Kruja, durante os 16 dias em que esteve na terra de Enver Hoxha. Ele fez um relato à Tribuna Operária sobre esta sua viagem.

“Há sete anos eu não visitava a Albânia. E logo a primeira impressão que tive ao desembarcar em Tirana foi das transformações, do progresso que se apresenta a olhos vistos. Ônibus novos e confortáveis circulam pela capital albanesa. Tirana tem 300 mil habitantes, e há um planejamento para que a cidade não ultrapasse os 500 mil — um planejamento urbano que só o socialismo possibilita.

“O comércio está mais amplo e planejado. Foi inaugurada uma cadeia de lojas — tipo shopping —, que vende de roupas a bicicletas, passando por produtos de beleza. E é interessante que os produtos que são encontrados em Tirana, são encontrados também em quaisquer das cidades albanesas, mesmo as mais afastadas da capital. Conheço o interior da Europa, e no Velho Continente isso não é comum: certos produtos somente são encontrados nas capitais e cidades grandes. Na Albânia, não. No país do socialismo, o comércio abastece todas, absolutamente todas as cidades e vilas.

“A Albânia dá novos passos no desenvolvimento econômico, político e social. Em pouco mais de 40 anos de socialismo, transformouse de um país essencialmente agrícola, atrasado, num país de agricultura intensiva, de indústria diversificada e moderna. Agora, no 8º Plano Quinquenal, grandes obras são executadas. Por exemplo, constrói-se a rede de tubulação para levar água potável encanada para todas as regiões do país. Depois da eletrificação, da construção de rodovias e da instalação de telefones em todas as cidades albanesas, agora chega a água potável encanada. É o desenvolvimento harmônico e por igual de toda a Albânia. Nos países capitalistas existem regiões altamente desenvolvidas. Mas é um desenvolvimento desigual. Outras regiões ficam relegadas ao abandono. No socialismo isso não acontece.

“O atual Plano Quinquenal se pauta pela elevação da produtividade e melhora da qualidade da produção albanesa. É importante lembrar que o país é pouco maior que o nosso Estado de Alagoas, e dois terços de seu território são montanhosos. No um terço restante as terras precisam de melhorias para produzir. E mesmo assim 85% das necessidades elementares dos albaneses em produtos agrícolas são satisfeitos pela própria produção albanesa. Só são importados açúcar, café e alguns óleos.

“Os albaneses buscam, agora, recuperar os últimos pântanos e produzir nos deltas de rios. Estudam como intensificar a produção agrícola e modernizar a indústria — fabricando na própria Albânia as máquinas necessárias. Todas as categorias profissionais estão envolvidas no desafio do aumento da produtividade. E já são alcançados êxitos na pesquisa de híbridos — milho, arroz, girassol e fei-



Rabelo (ao centro, de bigode) com cientistas do Instituto Agrônômico de Lushujie

jão — e nas variedades de trigo. A produção de azeitonas também apresenta avanços.

“Já na indústria, um sintoma dos êxitos alcançados é o fato da Albânia estar, agora, exportando fios de cobre de vários calibres, inclusive para utilização na indústria eletrônica. E mais da metade da exportação de petróleo é na forma de produtos derivados. Inclusive foi inaugurada, recentemente uma fábrica de óleos lubrificantes. E o Instituto de Informática e Matemática Aplicada já utiliza computadores de última geração, que são aplicados na agricultura e indústria.

“É importante salientar que tudo isso é feito exclusivamente com poupança interna. Ou seja, a Albânia não tem dívida e nem créditos no exterior para efetuar seu desenvolvimento. Isso é fundamental pra garantir a independência do país. No entanto, a economia albanesa não é autárquica. Ela importa produtos — insumos, matérias-primas. E exporta para poder importar. Sua importação depende da exportação. Acontece que os produtos que importa do mercado mundial estão constantemente aumentando de preço. E, embora a economia albanesa não tenha inflação, o país acaba importando a inflação do capitalismo em crise. Existem produtos que foram aumentados em até dez vezes nos últimos cinco anos.

“Ora, os preços e salários na Albânia são estáveis. Como enfrentar, então, a questão do aumento dos preços dos produtos importados? A solução encontrada foi o Estado subsidiar esses preços. Assim, mesmo o café e outros produtos que são constantemente majorados no mercado mundial chegam à mesa do albanês sempre pelo mesmo preço. Com isso, o salário real do albanês é, em média, de 1 mil leks (a moeda local), embora o salário nominal seja de 700 leks. O Estado subsidia cerca de 300 leks, ao mês, do consumo dos cidadãos. E isso, é importante salientar, num país onde não existem impostos! É bom lembrar, ainda, que os serviços de saúde e educação são absolutamente gratuitos.

“As dificuldades dos albaneses para manter o país num ritmo contínuo de crescimento são imensas. Há um cerco hostil ao país, que parte dos capitalistas e revisionistas. Para a Albânia, o isolamento internacional é pernicioso. Daí o interesse do governo em estabelecer relações diplomáticas e comerciais com o maior número possível de Estados. Existem somente quatro governos com os quais a Albânia não quer ter relações — os EUA e URSS, por serem governos opressores, que agredem os povos e buscam a hegemonia do mundo; e a África do Sul e Israel, por serem racistas (o primeiro, contra os negros, e o segundo contra os palestinos). O governo socialista tem contatos e relações diplomáticas com 101 países, atualmente.

“A ofensiva albanesa no sentido de avançar na construção do socialismo não se limita às questões econômicas. Ainda durante minha estadia lá, o Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia — PTA, realizou uma reunião ampliada para discutir os problemas relacionados com a arte e a cultura. E foi proposto um amplo movimento de crítica à mediocridade, uniformismo, esquematismo e simplismo na produção artística. O objetivo central é elevar a qualidade das obras. Generalizar as experiências mais avançadas e criativas, levar em conta a cultura própria dos albaneses, mas também a arte progressista nos diversos países do mundo. Em especial, divulgar os clássicos.

“No seu discurso sobre o assunto, Ramiz Alia, o principal dirigente do PTA, destacou que as pessoas são diferentes, e a arte é feita para pessoas diferentes e por pessoas diferentes. Não pode, portanto, ser nivelada.

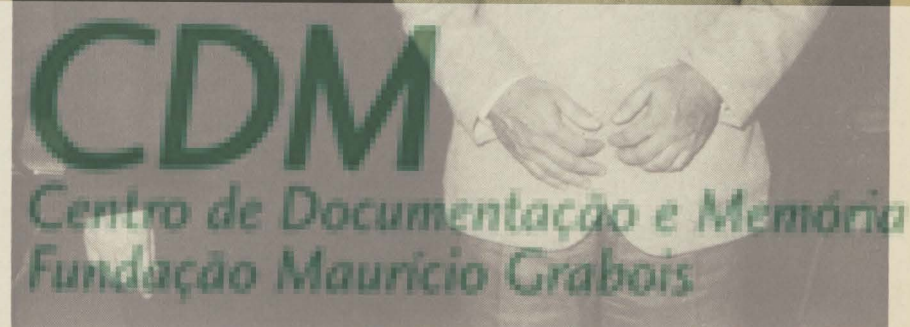
“De tudo o que presenciei, ficou claro que a Albânia não vê o socialismo de forma rígida. Pelo

contrário, são sempre necessárias respostas novas para os problemas que se apresentam. É o que acontece, por exemplo, com a centralização econômica. Ela varia conforme a época. Nas cooperativas de tipo superior era tudo planejado num centro nacional. Hoje, elas estão com maior autonomia. São estabelecidas as metas de produção e produtividade pelo centro nacional — por exemplo, a cooperativa tem que fornecer uma determinada quantidade de trigo à economia nacional, e o que supera essa meta fica por conta da iniciativa da cooperativa. Os albaneses consideram que isso pode ser colocado em prática hoje, já que o país tem mais quadros, mais cientistas, mais técnicos no nível de base.

“Isso nada tem a ver com a perestroika e as reformas dos países revisionistas. A perestroika é uma resposta capitalista clássica para os problemas que o capitalismo restaurado na URSS apresenta. Já o PTA é um partido revolucionário, que sempre aborda os problemas pelo lado revolucionário. E é por aí que trava a luta contra o burocratismo e as idéias rotineiras. A contradição entre o ímpeto crescente das massas e os métodos superados. A luta por uma criatividade maior.

“A Albânia continua seguindo os princípios adotados por Enver Hoxha. Enver significa Albânia livre e socialismo. Ele nunca foi dogmático e nem rijo. Sempre respondeu aos problemas novos com formas novas. Os comunistas albaneses são dialéticos.

“Há os que criticam a Albânia por não continuar exatamente do mesmo jeito que estava na época em que Enver Hoxha era vivo. Mas se isso ocorresse, o país ficaria paralisado. Os albaneses mantêm-se fiéis aos princípios do marxismo-leninismo. Mas dão espaço para a mais intensa criatividade para enfrentar o que é novo. É assim que se constrói o socialismo”.



Ramiz Alia, principal dirigente do PTA, com Renato Rabelo.

DE OLHO NO LANCE

Vontade do povo!

“A intervenção do governo foi obscena (...) uma operação de compra e venda” — Ronaldo Cesar Coelho, deputado federal do PMDB.

“A gente aqui se emociona mais do que num cassino” — Arnaldo Prieto, deputado federal do PFL, ex-ministro do Trabalho.

“Comprou todos” — João Paulo Pires Vasconcelos, deputado federal do PT, que ousou romper a decisão do seu partido e se absteve na votação.

“Voto constrangida” — Irma Passoni, deputada federal do PT.

“Nosso trabalho foi melhor do que pensávamos” — Ricardo Fiuza, deputado federal, do PFL.

“Então ficou como antes” — um motorista de táxi.

“Ganhamos” — José Sarney.

“Vocês foram uns baluartes, uns gigantes” — José Sarney.

“Foi um trabalho de equipe, um trabalho de perseverança” — José Sarney.

“As instituições estão salvas” — Saulo Ramos, consultor-geral da República.

“Venceu a vontade do povo” — Jair Mene-guelli, do PT, presidente da CUT.

A importância da Albânia

O maior objetivo da classe operária é construir um novo sistema social. O capitalismo já devia estar no lixo da História, e só se mantém devido à utilização da força da corrupção em larga escala e da opressão. Existem atualmente mais de 20 milhões de crianças abandonadas no Brasil. Um desemprego crescente — há casos de pessoas que nascem e morrem sem nunca ter trabalhado —, promiscuidade, a fome em massa, a crescente criminalidade, etc.

A classe operária luta pelo socialismo. E a Albânia é o exemplo concreto do que é o socialismo — é claro que com as particularidades da história e do povo albanês. Mas na Albânia o socialismo não é um sonho, um objetivo a se alcançar. É um exemplo material, vivo, real.

Por isso, os operários devem estudar, conhecer, divulgar o socialismo albanês. O fato de ser um país pequeno, só faz engrandecer os seus êxitos. Justifica ainda mais a necessidade do socialismo.

O Brasil é um país gigantesco, um continente. Tem uma enormidade de recursos. São imensas as suas áreas agricultáveis. E no entanto, metade do que o país come tem que ser importado. Que perspectivas o socialismo não abre para a nossa nação!? Se a Albânia, com seu pequeno território e sua população de 3 milhões de habitantes não tem dívida externa, nem inflação e nem desemprego, o que não dizer de um Brasil socialista? Por isso é fundamental conhecer e divulgar o exemplo albanês.



Vários postos de gasolina da capital paulista ficaram vazios na manhã de quinta-feira, dia 24

FRENTISTAS/SP

Greve de protesto

Os trabalhadores em postos de gasolina de São Paulo, mais conhecidos como frentistas, iniciaram na madrugada de quinta-feira, dia 24, uma greve por tempo determinado. A paralisação, prevista para durar 48 horas, visa pressionar os empresários a conceder 105,80% de reajuste salarial, piso de Cz\$ 21.240,00 para o trabalhador diurno e de Cz\$ 29.504,40 para o noturno, entre outras reivindicações. Segundo Antônio Porcino, presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo, “a greve é nossa resposta diante da proposta sacana de reajuste salarial dos patrões”. Os empresários, após várias tentativas de negociação, não concederam nada além do índice de reajuste autorizado pelo Conselho Nacional de Petróleo (CNP), de apenas 41,68%. Severino Bezerra, frentista e diretor da entidade, acrescenta que o movimento também tem um caráter mais amplo. “É um protesto contra a política de arrocho salarial do governo Sarney, que agora quer eliminar a URP e golpear ainda mais o bolso do trabalhador”.

Devido a grande dispersão da categoria, que conta com cerca de 63 mil frentistas espalhados por milhares de postos, o sindicato adotou a tática do piquete-arraстão. Foram alu-

gados oito ônibus, peruas kombis e vários automóveis para deslocar os grevistas para as diversas regiões da Grande São Paulo. Durante a madrugada de quinta-feira, centenas de trabalhadores se concentraram em frente à sede do sindicato dispostos a participar dos piquetes. “Cada frentista se transformou num dirigente sindical com a responsabilidade de não permitir a venda de uma gota de gasolina”, explica Nelson Martinez, integrante da Executiva da entidade. Para conquistar o apoio da opinião pública, o sindicato também promoveu uma passeata pelas ruas centrais da capital no dia 22 e distribuiu milhares de cópias do panfleto “Carta Aberta ao Povo”. Nele são relatadas as péssimas condições salariais e de trabalho da categoria e é feito um apelo à compreensão dos “usuários que sempre procuramos bem servir”.

“VIDA DE ESCRAVO”

“A situação do frentista é lamentável. Ele leva uma vida de escravo”, comenta Antônio Pordino. O atual piso salarial da categoria é de apenas Cz\$ 8.079,00 e inclui um adicional de periculosidade de 30%. Só no último ano, segundo um estudo do Dieese, ela perdeu 89% do seu poder

aquisitivo. Enquanto a inflação oficial subiu 381% de março passado a fevereiro desse ano, os trabalhadores tiveram um aumento de 154% em seus salários, somando os gatilhos salariais, os resíduos e as URPs. A jornada de trabalho de frentista é extenuante. Ele trabalha em média 12 horas por dia. No caso dos postos “24 horas”, ele ainda deve atender os usuários no período noturno e aos domingos. “Na verdade, ele não tem vida social, não tem lazer, nem pode ficar com a família. Além disso, é alvo fácil dos marginais durante a noite”, argumenta o presidente da entidade. As condições de trabalho nos postos também são das mais degradantes. Na maioria deles não existe a mínima infra-estrutura. Os funcionários são obrigados a comprar os próprios uniformes. Segundo uma pesquisa recente, 71% da categoria adquire doenças profissionais. Além disso, os proprietários de postos são especialistas em burlar a legislação trabalhista, assim como as convenções coletivas de trabalho. Na Delegacia Regional do Trabalho, o setor é um dos recordistas em irregularidades. Muitos estabelecimentos não registram em carteira os trabalhadores, não pagam as horas extras e nem o adicional de periculosidade.

A Federação e os sindicatos da zona canavieira definiram também manter audiência com o governador do Estado, Miguel Arraes, solicitando sua intervenção no processo de negociação entre as partes em conflito. Ao mesmo tempo, segundo José Rodrigues, a Fetape intensifica o trabalho de mobilização na base. Até o fechamento desta edição, apenas dois sindicatos haviam realizado manifestações: Carpina na Zona da Mata Norte, e Ribeirão, na Zona da Mata Sul. Ambos os atos chegaram a reunir 10 mil trabalhadores. A próxima fase é a da realização das assembleias nos municípios. (da sucursal)

CANAVIEIROS/PE

Esquentando os motores

Os trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco deflagraram na semana passada a sua campanha salarial. Conhecidos por sua grande combatividade, eles reivindicam uma reposição salarial de 36,22% e terra para abrigar os aproximadamente 100 mil canavieiros desempregados pelo período da entressafra. Segundo a avaliação dos dirigentes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), a decretação da greve será inevitável.

É a primeira vez na história que a categoria realiza sua campanha salarial antes da da-

ta-base — em setembro. E os sindicalistas estão na expectativa de obter os mesmos resultados positivos alcançados em campanhas anteriores, desde 1979. A Fetape afirma que a atual situação dos trabalhadores da cana é uma das mais difíceis dos últimos tempos. Além da grande defasagem salarial, a categoria vive o drama do desemprego. “Hoje nós temos a confirmação que, dos 240 mil canavieiros que integram a categoria, mais de 100 mil foram dispensados por causa do fim da safra da cana. E os trabalhadores não são os responsáveis por esse caos social”, alega José Rodrigues, presidente da Fetape.

A Federação e os sindicatos da zona canavieira definiram também manter audiência com o governador do Estado, Miguel Arraes, solicitando sua intervenção no processo de negociação entre as partes em conflito. Ao mesmo tempo, segundo José Rodrigues, a Fetape intensifica o trabalho de mobilização na base. Até o fechamento desta edição, apenas dois sindicatos haviam realizado manifestações: Carpina na Zona da Mata Norte, e Ribeirão, na Zona da Mata Sul. Ambos os atos chegaram a reunir 10 mil trabalhadores. A próxima fase é a da realização das assembleias nos municípios. (da sucursal)



Os caniveiros da Zona da Mata de Pernambuco se preparam para realizar uma nova greve

PROFESSORES/PI

Agressão a sindicalistas

Cerca de 150 professores da rede oficial de ensino do Piauí participaram de uma manifestação, dia 23, diante da Secretaria Estadual de Educação em Teresina, capital do Estado. Eles reivindicam 450% de reajuste salarial e um plano de carreira para a categoria.

A resposta do governo foi a violência policial. O próprio secretário de Segurança do Estado, coronel Reinaldo Mendes, agrediu covardemente, com uma cotovelada na boca, a professora Lujan Miranda, e arrastou o secretário-geral do Sindicato dos Professores da rede particular de ensino, Kleber Montezuma.

O coronel agrediu os dois professores quando estes faziam discursos contra o governador Alberto Silva e o secretário estadual de Educação, Antônio Noronha Filho, dian-

te do prédio da secretaria, no Centro Administrativo, zona sul de Teresina.

A Associação dos Servidores da Secretaria de Educação apresentará queixa na Justiça contra o truculento secretário de Segurança. Segundo o presidente da entidade, advogado Rodrigo Alaggio, “toda a agressão é possível de queixa.” A professora Lujan Miranda mostrou marcas em seu corpo e anunciou que “vai agir dentro da lei” contra o coronel Mendes.

O governador Alberto Silva esquivou-se de comentar o ataque de seu secretário de Segurança contra os professores. Preferiu permanecer em Brasília, aliciando deputados para votar no presidencialismo e mandato de cinco anos para presidente da República. Já o coronel Reinaldo Men-

des, logo após o ataque, disse: “Não agredi ninguém”. E acrescentou: “Apenas estava cumprindo a lei, que não permite manifestações nas secretarias”.

O secretário e o comandante da PM, Irapuan Soares, ordenaram o cerco de todo o Centro Administrativo por 800 soldados, das 6h às 13h, provocando congestionamento nas avenidas Frei Serafim e Pedro Freitas. Os soldados só deixavam passar os servidores que mostraram carteira funcional.

O presidente da Associação dos Professores do Estado do Piauí, Apep, Francisco Soares, denunciou que “o aparato policial só mostrou a insegurança do secretário Antônio Noronha”. Os soldados estavam armados de cassetes, para impedir a manifestação dos professores desarmados.

CALENDÁRIO

O assassinato de Edson Luís

Edson Luís de Souza não foi o primeiro jovem morto em protestos de rua contra a ditadura militar de 1964. Desgraçadamente, também não foi o último. Mas sua morte, em 28 de março de 1968, teve um peso especial na história da resistência antiditatorial de nosso povo.

Paraense, de uma família pobre, ele fora estudar e tentar a sorte no Rio de Janeiro. E era comensal do restaurante Calabouço, um enorme refeitório que servia, a Cr\$ 0,20, refeições de péssima qualidade aos estudantes do Rio. Durante uma passeata por melhoria da alimentação, houve um choque entre os manifestantes e a Polícia Militar.

O coronel que comandava a PM, alegando estar em “inferioridade de fogo” diante das pedras dos estudantes, mandou que seus soldados abrissem fogo. Quando terminou a fuzilaria, Edson estava caído para sempre.

RASTILHO DE PÓLVORA

O episódio desempenhou o papel de um rastilho de pólvora. O corpo de Edson, levado para a Cinelândia, foi velado por um número de estudantes e populares que não parou de crescer durante toda a noite. Na tarde seguinte, quando o cortejo fúnebre dirigiu-se para o Cemitério de São João Batista, a muitos quilômetros de

distância, já reunia umas 50 mil pessoas. Já anoitecia e, não se sabe de onde, surgiram milhares de velas acesas nas mãos dos manifestantes, misturadas com faixas e cartazes improvisados da noite para o dia. Das janelas dos prédios, chovia papel picado e os moradores faziam coro com as palavras-de-ordem: “mataram um estudante, podia ser seu filho” e “O povo unido derruba a ditadura”.

O enterro de Edson Luís foi o ponto de partida para um ascenso do movimento estudantil e popular, em escala nacional, que só seria contido pela força bruta, com o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro.

A FORÇA DO POVO

Estes acontecimentos, velhos de 20 anos, fornecem material para reflexões bastante atuais. Em especial, mostram como o movimento popular se desenvolve, através de um lento acúmulo quantitativo, que repentinamente dá lugar a um salto de qualidade.

Em março de 1968, não havia sinais aparentes de que a cólera popular iria se manifestar com a energia que mostrou no dia 28. Pelo contrário. O movimento estudantil, elemento mais ativo da resistência ditatorial na época, vivia uma fase difícil depois da re-

pressão à “setembrada”, de 1966. O movimento operário ainda curava as feridas após os duros golpes sofridos em 1964.

No entanto, os elementos explosivos iam se acumulando nos subterrâneos da consciência e do estado de espírito do povo. O assassinato de Edson Luís iria evidenciá-los, mostrando que o povo brasileiro não aceitava a ditadura.

Os secundaristas e universitários parecem ter uma sensibilidade especial para estes momentos de avanço acelerado. Se o movimento estudantil padecer, por um lado, de certa instabilidade, há também o outro lado da moeda: por sua juventude, acesso à cultura e à informação, os estudantes frequentemente detectam, rapidamente, os elementos que empurram a luta popular para um salto de qualidade.

Foi assim em 1968, e também no ascenso de 1977/79, que culminou com a reorganização da UNE. Portanto, a crise atual do movimento estudantil e suas entidades deve ser vista com realismo mas não com desespero. Os elementos explosivos novamente se acumulam, nas escolas e na sociedade. Mais dia, menos dia, vão se inflamar. (Bernardo Joffily, vice-presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas à época do assassinato de Edson Luís, 1968).



A morte do estudante desencadeou um vigoroso movimento de protesto contra a ditadura militar

CONFLITOS NO CAMPO

Cenas de novas violências

Até o final de abril, o lago da hidrelétrica de Itaparica inundará 834 quilômetros quadrados de extensão. Trata-se de uma violência contra os moradores da área. A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), mesmo sem autorização do governo da Bahia, vai encher o lago. O governo baiano proibiu a abertura das comportas tendo em vista a migração de um grande número de famílias para aquela área na tentativa de conseguir assentamento na região. Até agora, apenas 20% das famílias que vivem ali foram transferidas.

Em outra região baiana, 139 famílias de posseiros da fazenda Itacoatiara, já desapropriada por decreto presidencial e localizada no município de Barra, vêm sendo constantemente ameaçadas de expulsão.

As cercas e plantações já foram destruídas várias vezes, sem que nenhuma providência seja tomada para garantir os direitos e a segurança dos trabalhadores.

Já na fazenda baiana de Conchas, em Itacaré, 60 famílias que vivem há mais de 10 anos no local foram expulsas de terras pertencentes ao governo do Estado. A expulsão foi executada com a ajuda de pistoleiros e policiais, a mando da Construtora Goes Coambiata, que reivindica a posse das terras. Sem ter para onde ir, os lavradores voltaram a ocupar a área.

Em Uauá, também na Bahia, cerca de 400 posseiros estão disputando com dois fazendeiros a posse de 4 mil hectares do governo estadual. Os proprietários conseguiram liminar do juiz de Monte Santo,

que lhes assegura a posse. A área onde os posseiros vivem há muitos anos está cercada por jagunços, podendo ocorrer conflitos.

TRABALHO ESCRAVO

Já em São Paulo, na fazenda Sajobi, município de Butiara, cerca de 50 trabalhadores rurais foram recrutados em Mato Grosso. Muitos, percebendo que tinham sido enganados, tentaram fugir, mas foram capturados. A denúncia da escravidão foi feita por um trabalhador que conseguiu escapar da fazenda. Também no Rio a denúncia de exploração no campo: crianças com 9 a 15 anos são forçadas a 10 horas de trabalho diário na fazenda Santo Aleixo, Petrópolis, recebendo Cz\$ 50,00 mensais, com direito a apenas uma refeição por dia.

SALÁRIOS

Os números do arrocho

Como estão os salários no Brasil? A julgar pelo governo, pela grande burguesia, o FMI e os banqueiros estrangeiros, com certeza eles andam muito bem, talvez estejam até exageradamente altos. Não é verdade? Essa gente, com efeito, dedica grande parte do seu tempo inventando novas fórmulas de arrocho salarial.

Porém, um estudo feito pelo economista João Furtado, professor da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), revela que os salários dos nossos trabalhadores encontram-se tão amesquinhados que são de deixar qualquer brasileiro, desde que medianamente preocupado com os rumos atuais e o futuro do país, cabisbaixo. Constituem motivo de vergonha nacional.

OS MAIS BAIXOS

O economista relacionou os salários pagos pela indústria como porcentagem do produto industrial de 40 países e acabou concluindo que no Brasil, “a oitava economia do mundo”, eles se encontram nos ní-

veis mais baixos, sendo inclusive inferiores aos de países como Bangladesh, Turquia, Egito, Bolívia, Índia ou Coreia do Sul.

Seus dados são de 1980, data do último censo industrial brasileiro. Referem-se à massa salarial na indústria brasileira tomada como um todo, ou seja, independentemente de regiões. E, ainda, os gastos médios com força de trabalho em alguns setores econômicos (como construção civil, bancos, metalurgia e estabelecimentos de ensino), a jornada de trabalho e a lucratividade das empresas.

Em todos esses itens, ou melhor quase todos, o Brasil ocupa o honroso último lugar. Honroso para os grandes capitalistas, pois há um em que ele está nas cabeças: o de lucratividade, dado, no caso, pela razão entre o valor final da produção e as despesas operacionais (incluindo principalmente os salários). Por aí se tem uma noção, embora não muito precisa, da taxa de exploração dos assalariados brasileiros e dos altos lucros por aqui arancados pelos capitalistas.

VERGONHA NACIONAL

A participação média dos salários brasileiros no valor da produção industrial atingia, em 1980, 17%, menos da metade da média geral dos 40 países (42%), inferior também à média da própria América Latina (27%) e ficando longe de países como a Alemanha Ocidental (onde os salários representavam naquele ano 50% da produção industrial), Luxemburgo (64%), Noruega (58%), Áustria (58%) e Dinamarca (56%).

Quanto à lucratividade (mark-up médio, é a expressão que João Furtado utiliza) ela chega no Brasil a 52%, quase o dobro da média geral e ficando abaixo apenas do Chile (60%), Venezuela (54%) e Colômbia (54%). Na Nova Zelândia o índice é de 11%, na Espanha, 23%, na Alemanha, 27%, no Canadá, 23%, na Inglaterra, 25%. O Brasil também se destaca em relação à jornada de trabalho: possui uma das mais altas do mundo.

A circunstância do estudo ter sido realizado com base nos dados de 1980 (há sete anos) não retira, contudo, a contundência de suas conclusões. Ao contrário, todos os assalariados sabem que a situação só fez piorar de lá para cá, fato que as estatísticas disponíveis confirmam. Basta atentar para os levantamentos sobre perdas salariais, elaborados pelo Dieese (dando conta de defasagens superiores a 100% entre salários e preços) e a pauta de reivindicação do movimento sindical para ter certeza disto.

O estudo do economista paulista merece uma análise criteriosa dos trabalhadores conscientes. Evidencia que os assalariados brasileiros são submetidos a uma das mais altas taxas de exploração do mundo e que a burguesia aplica aqui com todo rigor a lei do lucro máximo. Patenteia ainda a selvageria e a intransigência dos patrões, do governo e do FMI, que, além de negarem reivindicações elementares e até singelas dos trabalhadores, como a reposição das perdas salariais, jogam pesado para impor um arrocho salarial maior — e conseqüentemente elevar seus erros —, como pode ser visto nas maquinções para eliminar a sistemática de reajuste pela URP.



Embora sem ir às últimas consequências, o filme denuncia o parasitismo do capital financeiro

“WALL STREET”

Uma visão da crise

Com uma historinha ingênua e inconseqüente, Oliver Stone pretendeu em “Wall Street — poder e cobiça”, filme em cartaz em São Paulo, denunciar os males do capital financeiro. Um jovem corretor da Bolsa de Nova Iorque, filho de um sindicalista, para subir na vida torna-se instrumento de um dos barões de mercado financeiro que pratica toda sorte de falcatuas. Até entrar em crise existencial, quando seu mentor tenta fazer falir a empresa de aviação onde trabalhava seu pai. Volta-se então contra seu patrão e como em geral nos filmes americanos tudo anda bem, o bandido vira mocinho, salva a empresa e consegue incriminar o “poderoso chefe”.

Mas vale a pena ver o filme, principalmente a ótima interpretação de Michael Douglas no papel de supervilão Gekko. Mostra-se ali o parasitismo do capital financeiro, a desonestidade que impera nos círculos financeiros, a degradação moral e desmistifica-se a suposta preocupação social dos capitalistas (Gekko quer comprar a empresa de aviação BlueStar para em seguida fechá-la). Há

até um interessante discurso de Gekko sobre a desigualdade social nos Estados Unidos, que põe por terra o mito do país da igualdade de oportunidades.

O PROBLEMA DE FUNDO

Mas a crítica de Stone não aprofunda o tema. Contrapõe ao domínio do capital financeiro especulativo, parasitário e moralmente escuso o pensamento do sindicalista (pai do vilãozinho Bud) que acredita no emprego produtivo e social do capital e no valor do trabalho humano. Fica tudo como se fosse uma questão do bem e do mal. Como se fosse possível derrotar o capital especulativo em suas tramóias (que fazem parte do jogo) com boas ações de homens obstinados e ainda por cima com a ajuda da política do governo americano.

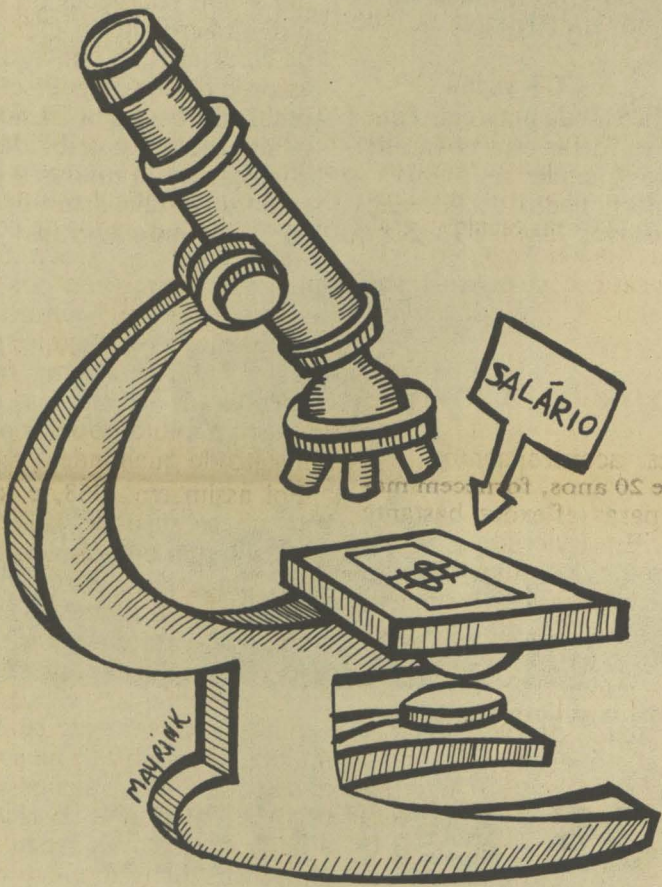
Lênin mostrou há pouco mais de 70 anos que o imperialismo é isto tudo que Stone mostra em “Wall Street”, e muito mais. Mas demonstrou também que, para acabar com toda a sua podridão, era necessário muito mais que bons cidadãos, honestos e coraço-

jos, sindicatos atuantes em lutas trabalhistas, etc.

Era necessário e possível (vide Revolução de Outubro de 1917) acabar com o sistema capitalista, fazer a revolução proletária e implantar o socialismo, único sistema social que acaba com os males mostrados em “Wall Street”. Sob pena de ficarem os sindicalistas, como no filme, sendo joguetes nas mãos de um ou outro capitalista, e aceitando redução de salários em troca de manutenção de empregos. Qualquer semelhança com o “sindicalismo de resultados” brasileiro não é mera coincidência.

A concessão maior de Stone ao *establishment* é no final, quando dá a entender que o “chefão” Gekko será punido. Todo mundo sabe que raramente algum “peixe graúdo” é apanhado nos EUA. E mesmo quando isto ocorre, escapa com penas mínimas — vide o caso Tony Gebauer. Talvez Stone tenha querido fazer uma denúncia séria do capital financeiro. Mas se o fez, revelou mais uma vez as limitações da atual intelectualidade engajada dos Estados Unidos. (José Augusto Mochel)

SALÁRIO



CULTURA

São Paulo exhibe poesias sobre os índios

O Centro Cultural São Paulo realiza a exposição “E o índio?”, na “Parede de poesia”, de 28 de março a 24 de abril, das 10 às 22 horas. Trata-se de uma criação de Roque S. de Souza, com trilha sonora de Valéria Sostena. O Centro Cultural São Paulo fica na rua Vergueiro, 1.000, na capital paulista. Sobre “E o índio?”, Roque de Souza escreveu:

“É sabido que quando os colonizadores aportaram por aqui, a floresta era imensa e os índios viviam em plena harmonia com a natureza. A lua, o sol, a noite e o dia tinham seu ritmo cadenciado e bem temperado na imensidão da terra. A população indígena era de 5 milhões, e nos tempos de hoje não chega a 240 mil, distribuída por cerca de 200 povos que falam mais de uma centena e meia de línguas.

“Na história, o índio aparece quase sempre como figura



A população indígena era de 5 milhões, no Descobrimento; hoje está em 240 mil.

exótica e controvertida. Em 1.500, quando Cabral, os escribas e degredados chegaram aqui, cuidaram não só de contar ‘estórias’, mas também de saciar suas vontades benévolas e/ou perversas para com os

habitantes da Terra Brasilis. E como coadjuvantes da carta que levou notícias do descobrimento à Corte de Portugal, foram um casal de índios, plantas e frutas, macacos e pagaios.

“Como vemos, o índio não foi só o primeiro ator brasileiro (o teatro de Anchieta), mas o primeiro exilado da terra do ibirapitanga (pau brasil). Essas são uma das muitas ‘gentilezas’ do colonizador para com aquele que o recebeu nu-

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01318 — Telefone: 36-7531 (DDD 011) — Telex: 1132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Olívia Rangel, Bernardo Joffily
ACRE: Rio Branco: Edifício Felício Abrahão, 2º andar, sala 32 — CEP 69900
ALAGOAS — Arapiraca: Pça. Luís Pereira Lima, 237 Sobreloja CEP 57000
Macelo: Rua Cincinnati Pinto, 183 — Centro — CEP 57000
AMAZONAS — Manaus: R. Simon Bolívar, 231 (ant. Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — Rua João Pessoa 53, São Lázaro. Fone: 237-6644 — CEP 69000
BAHIA: Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 — CEP 42.800
Feira de Santana: Av. Sr. dos Passos, nº 1399 — 2º andar — sala 1415 — CEP 44100

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928 1º andar sala 1 — Centro — CEP 45600. **Itapetininga:** Av. Santos Dumont, 44 1º andar Centro. **Juazeiro:** Rua Américo Alves, 6-A CEP 44060. **Paratinga:** Rua Marechal Deodoro, 30 Centro CEP 47500. **Salvador:** R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 — Barris — CEP 40000. **Simões Filho:** Praça 7 de setembro (prédio da ant. Cimesf) — CEP 43700
DISTRITO FEDERAL: Brasília: HIGS Bloco G Casa 67 — CEP 70302 — Telefone 225-8202
CEARÁ — Fortaleza: Av. Tristão Gonçalves, 789 CEP 60000. **Iguatú:** Pça. Otávio Bonfim, s.n. Altos — CEP 63500. **Sobral:** Av. Dom José, 1236 sala 4 CEP 62100
ESPÍRITO SANTO — Cachoeiro do Itapemirim: Pça. Gerônimo Monteiro, 89 sala 2 Centro — CEP 29300. **Vitória:** Rua Prof. Baltazar, 152 CEP 29020
GOIÁS — Goiânia: Rua 3, nº 380 cash 6 CEP 74000. **Anápolis:** Rua 14 de Ju-

ho, 821 Centro — CEP 77100
MARANHÃO — São Luís: Rua Osvaldo Cruz, 921 Centro Fone: 221.5440 CEP 65000
MATO GROSSO — Cuiabá: Rua Colandante Costa, 548 Fundos CEP 78030 — Fone 321-5095
MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande: Rua Maria Madalena, 5 CEP 79010
MINAS GERAIS: Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 Centro — Fone 224-7605 — CEP 30000
PARÁ — Belém: Rua Manoel Barata 993 CEP 66000
PARAIBA — João Pessoa: Pça. 1817 nº 116 2º andar Centro CEP 58020

Campina Grande: Praça da Bandeira, 117 1º andar Centro CEP 58100
PARANÁ — Curitiba: Rua Saldanha Marinho, 370 2º andar CEP 80000 Fone: 222-9120. **Londrina:** Rua Sergipe, 984 sala 206 2º andar CEP 86100
PIAUI — Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1459 Fone: 222.2044 CEP 64000
PERNAMBUCO: Cabo: Rua Vigário Batista, 236 CEP 54500. **Garanhuns:** Rua Dantas Barreto, 5 sala 1 Centro CEP 55300. **Recife:** Rua do Sossogo, 221, Boa Vista CEP 50750
RIO GRANDE DO NORTE: Natal: Rua Jundiaí, 420-A CEP 59000 — Cid. Alta
RIO GRANDE DO SUL: Porto Ale-

gre: Rua Vig. José Inácio, 687 3º andar CEP 90020. **Caxias do Sul:** Rua Bento Gonçalves, 2049 CEP 95100. **Canoas:** Rua Tiradentes, 130 sala 405 CEP 92100. **Cruz Alta:** Rua João Manoel, 433 CEP 98100. **Pelotas:** Rua Tiradentes, 2394 1º andar CEP 96010. **Santa Maria:** Rua Mal. Floriano Peixoto, 1357 Fundos — CEP 97100. **Novo Hamburgo:** Rua Lucas de Oliveira, 96 sala 6 CEP 93510. **Rio Grande:** Rua Gal. Vitorino, 746-A CEP 96200
RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 2º andar Fone: 252-9935 CEP 20000 — **Niterói:** Av. Amarel Peixoto 370 sala 808 Centro — CEP 24000. **Duque de Caxias:** R. Nunes Alves, 40 sala 101 CEP 25000. **Nova Iguaçu:** Trav. Renato Pedrosa, 83 sala 319 CEP 26000
SANTA CATARINA — Florianópolis: Pça. XV de Novembro, 21 sala 705 Caixa Postal, 1231 CEP 88075
SAO PAULO — São Paulo: Rua Condessa de São Joaquim, 272 Fone 277-

3322 CEP 01318 **Bela Vista. Americana:** Av. Dr. Antônio Lobo, 281 sala 6 CEP 13470. **Botucatu:** R. Armando de Barros, 817 1º andar sala 2 CEP 18600. **Campinas:** Rua Senador Saraiya, 448 Fone 2-6345 CEP 13100. **Mariília:** R. Dom Pedro 180 CEP 17500. **Osasco:** Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 20 2º andar, sala 12 CEP 06000. **São Carlos:** Av. São Carlos, 2119 Caixa Postal 533 CEP 13560. **Taubaté:** Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 CEP 12100. **São José dos Campos:** Rua Vilaça, 195 1º andar sala 19 CEP 12200. **Guarulhos:** R. Pe. Celestino, 42 sala 8 2º andar CEP 12200
SERGIPE — Aracaju: Rua Itabalanha, 145 sala 104 CEP 49010
A Tribuna Operária é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição: Past-up, Fotolitos e Impressão: Cia. Editora Jorú. (Fone: 815-4999) São Paulo SP.

CGT: os progressistas avançam

A cidade de Campinas, poderoso centro industrial e sede de um dos municípios mais populosos do interior do país, poderá se transformar, no próximo dia 9 de abril, em palco de uma das mais importantes articulações do movimento sindical brasileiro nos últimos anos. É lá, mais precisamente no anfiteatro da Universidade Estadual de Campinas, que 16

direções regionais da CGT decidiram realizar uma Plenária Nacional de Entidades Sindicais, para avaliar a situação a que foi submetida a central depois que sua direção aderiu declaradamente às teses reacionárias e entreguistas de Antônio Rogério Magri. Há forte expectativa de que o encontro possa definir novos rumos para a atuação das forças preo-

cupadas em construir um sindicalismo classista e unitário.

Na semana passada, esta expectativa foi impulsionada pelo avanço na convocação da plenária e pela confirmação da presença de lideranças importantes dos trabalhadores. Mais de 3 mil convocações começaram a ser enviadas a sindicatos filiados ou não à CGT, e surgiram sinais de que pode

haver grau significativo de adesão nos Estados.

Na Bahia, por exemplo, os sindicatos dos têxteis, dos bancários e dos metalúrgicos formam a liderança da convocação, que é coordenada por Renildo de Souza, membro dissidente da Executiva Nacional da CGT. No Rio Grande do Sul, José Carlos Schulte, presidente da CGT regional e da Federação dos Comerciantes, defendeu e conseguiu aprovar, na última reunião da executiva estadual, a participação do encontro do dia 9. E mesmo em S. Paulo, onde os setores combativos têm participação muito reduzida na executiva estadual cegetista, Jamil Murad, diretor do Sindicato dos Médicos, prevê a participação de até 40 entidades na plenária. "Magri e Medeiros são responsáveis diretos pela derrota da estabilidade no emprego na Constituinte, e agora que o governo prepara mais arrocho e mais desemprego, os sindicalistas combativos darão um grito de independência em relação à cúpula entreguista e corrupta", disse ele à "Tribuna Operária".

Os motivos do avanço

Além das adesões explícitas, os organizadores do encontro passaram a contabilizar, a partir do dia 23, mais um êxito. Uma plenária de sindicatos da CGT do Rio de Janeiro, onde tem havido intensa disputa entre os sindicalistas combativos e os homens de Magri, decidiu enviar uma delegação à Plenária Nacional, o que cria condições mais favoráveis para uma eventual aprovação do que lá for decidido.

Para Sérgio Barroso, primeiro-secretário da CGT e um dos organizadores nacionais



Namoro de Medeiros com os reacionários é cada vez mais nítido

da reunião, esta série de vitórias alcançadas nos últimos dias tem causas muito concretas. Ele comenta que a impossibilidade de convívio com o "sindicalismo de resultados" tornou-se mais clara, nos últimos meses, para um grande contingente de líderes sindicais combativos. "O verdadeiro caráter das iniciativas de Magri e Medeiros fica transparente para quem os vê percorrendo diariamente os gabinetes da burguesia e dos políticos mais reacionários, assoprados pela grande imprensa, fazendo propaganda ostensiva contra os interesses dos trabalhadores e do próprio país", diz ele. Jamil Murad completa: "A traição completa de Magri e Medeiros, num momento onde a necessidade de luta é maior, demonstrou que há necessidade de uma reorganização, de uma nova alternativa de liderança".

A CUT vacila

E fica ainda mais claro que é preciso forjar esta nova alternativa quando se observa o comportamento de lideranças expressivas da CUT. Sérgio

Barroso chama a atenção para a postura de Gilmar Carneiro, dirigente nacional cutista que ganhou recentemente amplo espaço nos noticiários da grande imprensa. Gilmar tem manifestado uma indistinta falta de perspectiva diante da conjuntura decisiva que o país atravessa. Propôs-se a comandar a formação de uma estranha frente, destinada a salvar as "instituições democráticas" do país e a protegê-las "tanto do fascismo quanto do comunismo". Depois disso, tornou-se um dos principais porta-vozes da tentativa da CUT para negociar com a FIESP e com Sarney um "contrato coletivo nacional" — algo muito semelhante ao "pacto social".

Diante de todos esses fatos, Barroso crê que a reunião do dia 9 tem condições de reunir um número muito expressivo de sindicatos. E conclui: "Do esforço de convocação que for realizado em cada Estado depende agora a possibilidade de começarmos a mudar o panorama do sindicalismo brasileiro". (Antonio Martins)

CGT Central Geral dos Trabalhadores Brasil

A convocatória das CGTs estaduais

Prezado Companheiro: Considerando que a maioria da executiva nacional se manifestou contrária às decisões tomadas por 18 CGT'S estaduais, em reunião do dia 09 de fevereiro, no Rio de Janeiro, reiterada novamente pela maioria da executiva em reunião do dia 09 de março último;

Considerando que as decisões das estaduais, absolutamente legítimas, politicamente justas, de apontarem anteriormente 26 de março como data da plenária nacional, além de em ata oficial assinada terem se posicionado repudiando os nefastos acontecimentos ocorridos no dia 30 de janeiro em São Paulo e identificado os responsáveis;

Considerando que é urgente uma clara e firme posição sobre os rumos da CGT, bem como responder de imediato ao agravamento da situação social e econômica do País, como duros reflexos sobre os trabalhadores;

A maioria absoluta das CGT'S estaduais resolvem: 1º) manter a plenária nacional marcada, em caráter irrevogável e definitivo, para o dia 09 de abril, no Anfiteatro da Universidade Es-

tadual de Campinas — UNICAMP — (Campinas-SP), a partir das 09:00 horas.

2º) a pauta da plenária nacional será:

I — a crise, a constituinte e os trabalhadores — destaque para o que foi aprovado na constituinte sobre organização sindical.

II — a situação da CGT e o movimento sindical brasileiro.

III — resoluções.

3º) critério de participação será: 1 delegado por Entidade Sindical, devidamente credenciado pelo presidente, vice-presidente ou secretário geral da mesma.

Cada CGT/Estadual terá direito a 1 delegado, com direito a voto.

O delegado de base (não diretor de Entidade Sindical) só terá direito a voto se igualmente credenciado.

O presidente ou diretor da CGT Estadual será responsável pelo visto das credenciais de seu Estado.

A coordenação da plenária, também responsável pelo credenciamento e organização, será estruturada e referendada, no início dos trabalhos na plenária.

4º) os companheiros par-

ticipantes deverão, se possível, chegar à UNICAMP a partir das 18:00 hs. do dia 08 de abril. Haverá hospedagem gratuita para as noites dos dias 08 e 09 de abril. As refeições serão servidas no restaurante universitário, ao preço de Cz\$ 50,00 cada.

5º) seguirão cartazes e mais 1 informativo. Contato para maiores informações: SINDICATO DOS TRABALHADORES SABESP/CETESB FONE: (011) 212-5355 c/ Tadeu/Leonor. Temos a certeza do grande esforço que farão os companheiros sindicalistas para estarem presentes nesta importante reunião sindical.

VAMOS À LUTA! TODOS À PLENÁRIA!

Convocam:

CGT'S Estaduais: RS, SC, PR, ES, MS, MT, GO, BA, AL, PB, CE, PI, MA, PA, AC e RN.

OBS.: Solicitamos aos Companheiros confirmação da estimativa de delegados p/ o Sindicato dos Trabalhadores da Sabesp/Cetesb; pelo telefone (011) 212-5355 ou telegramas para a Rua Cardeal Arcoverde, nº 1749 — 8º andar — Cep 05407 — São Paulo, SP.

Protestos dos funcionários das estatais

No processo de luta contra a tentativa do governo Sarney de eliminar ou congelar a URP, ocorreram em todo país manifestações do Dia Nacional de Mobilização dos Trabalhadores em Estatais na quinta-feira, dia 24. Nelas os funcionários dessas empresas — possíveis primeiras vítimas de mais esta medida de arrocho salarial — reafirmaram sua disposição de promover uma greve geral em defesa da URP e da reposição das perdas do poder aquisitivo dos trabalhadores do setor.

O Dia Nacional de Mobilização foi marcado por iniciativas de diversos tipos. Na capital paulista, por exemplo, houve um ato de protesto em frente ao Museu de Arte de São Paulo (Masp). Os mais de vinte oradores condenaram a política de arrocho do governo, denunciaram que ela é uma imposição do FMI e visa principalmente o pagamento da dívida externa. O ato evidenciou a possibilidade de uma ampla unidade do movimento sindical, inclusive das

duas centrais de trabalhadores.

Conforme foi destacado, a URP não repõe as perdas salariais dos trabalhadores brasileiros. "Mas ela é a única forma de manter pelo menos uma migalha de aumento e daí a disposição do governo de acabar com ela", explicou Renato Longo, presidente das Associações dos Funcionários do IBGE. Nivaldo Santana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Sabesp e Cetesb, alertou para possibilidade de novas e duras medidas do governo, não só contra os funcionários das estatais, mas contra todos os trabalhadores. "Após a vitória do presidencialismo e dos cinco anos, Sarney articula uma forte ofensiva reacionária", explicou.

CONFLITO EM CUBATÃO

No restante do país, ocorreram vigílias, greves, operações tartaruga e passeatas. No Rio de Janeiro, um ato público realizado na Cinelândia reuniu cerca de 5 mil pessoas, que aplaudiram a proposta da greve geral. Os petroleiros da Refinaria Duque de Caxias, cerca de 3.500, fizeram vigília durante todo o dia. Já os ferroviários da Rede Federal promoveram uma operação tartaruga.

Na Bahia, uma greve atingiu mais de 10 mil funcionários da Petrobrás. Também houve paralisação de uma hora dos petroleiros da refinaria de Araucária, no Paraná. Nesse Estado cerca de 450 funcionários do Banco do Brasil "abraçaram" a sede central do banco, em Curitiba. Já em Sergipe os petroleiros e os petroquímicos paralisaram suas atividades.

Cubatão, no litoral paulista, foi o único lugar onde houve conflitos no Dia Nacional de Mobilização. A direção da Refinaria Presidente Bernardes obrigou os petroleiros a trabalhar 18 horas consecutivas, evitando desta forma que eles participassem de uma vigília em frente à empresa. A prisão dos trabalhadores na refinaria gerou grandes protestos.

GREVE GERAL

Na mesma quinta-feira, dirigentes da CGT e da CUT se reuniram no Sindicato dos Metroviários de São Paulo para discutir um plano conjunto de luta contra o fim da URP e pela imediata reposição das perdas salariais. Até mesmo sindicalistas conhecidos por suas posições patronais e direitistas fizeram ataques à ofensiva de arrocho do governo.

O encontro aprovou um calendário comum de mobiliza-

ção. Ele prevê a realização de uma assembléia de sindicalistas no próximo dia 30, na sede do Sindicato dos Bancários. A

proposta da greve geral unitária contra o fim da URP ganha novas adesões e será um dos pontos principais da discussão na reunião do dia 30.



Na capital paulista houve um ato público em frente ao Masp

Novo ataque de Sarney

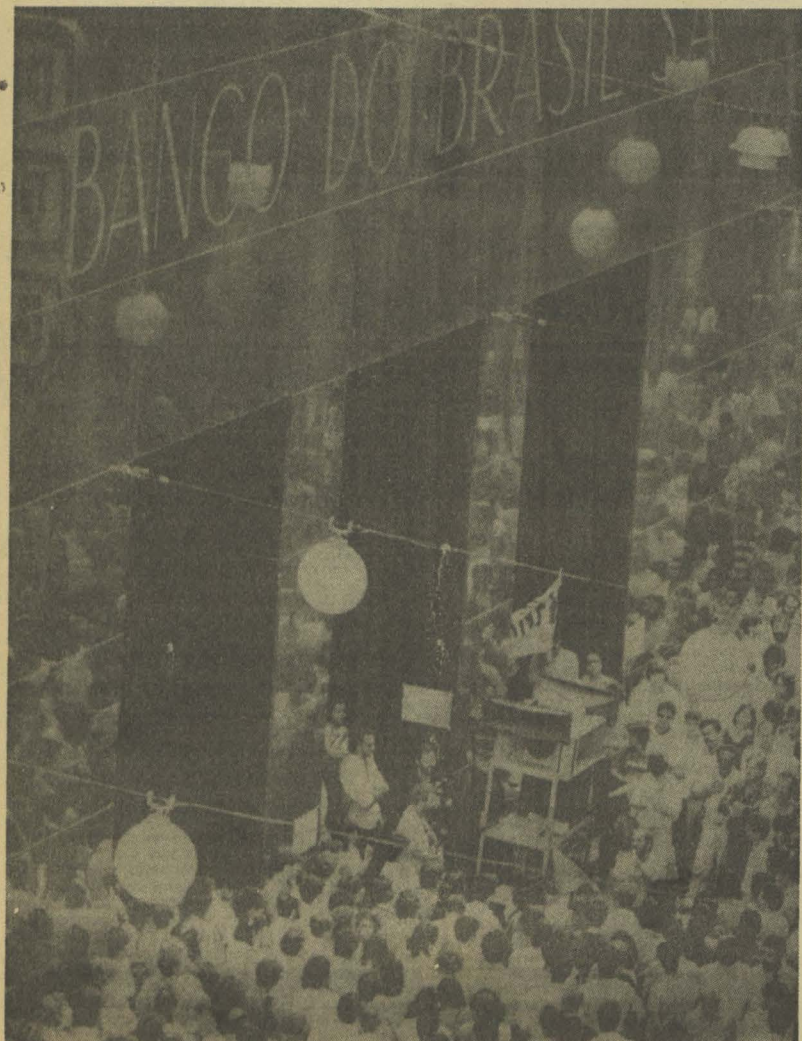
Todas as alternativas para conter o déficit público passam pela "carência da URP com reposição posterior". A ameaça é do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. Após a vitória do governo na Constituinte, impondo o presidencialismo e o mandato de 5 anos para o presidente, o governo Sarney achou-se forte para investir contra os salários.

Segundo o ministro Abreu, a suspensão da URP para o funcionalismo é por tempo indeterminado, mas a reposição ocorrerá no

próximo ano. Balela pura. Entra ministro, sai ministro, e a reposição salarial nunca ocorre. Já o ex-ministro Bresser Pereira prometia reposição das perdas decorrentes de seu pacote econômico, em meados de 87. Até hoje, nada. E o que se anuncia é um novo arrocho. Sempre de nome novo: Nóbrega diz que o termo "congelamento da URP" é "inadequado sobre todos os aspectos". Por isso substituiu-o pelo mais pomposo "carência da URP". Mas o resultado no bolso do funcionário público será o mesmo: perda do poder aquisitivo.

Mais mês no final do salário.

Mas há mudanças. No início do mês, o Conselho de Desenvolvimento Econômico reuniu-se para deliberar sobre o fim da URP, proposto por Abreu e Mailson da Nóbrega, ministro da Fazenda. Mas o ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, brigadeiro Paulo Camarinha, alegou que os militares não aceitavam o congelamento dos salários. Agora, Abreu já não fala mais no congelamento dos salários dos militares.



Funcionários do Banco do Brasil se preparam para greve